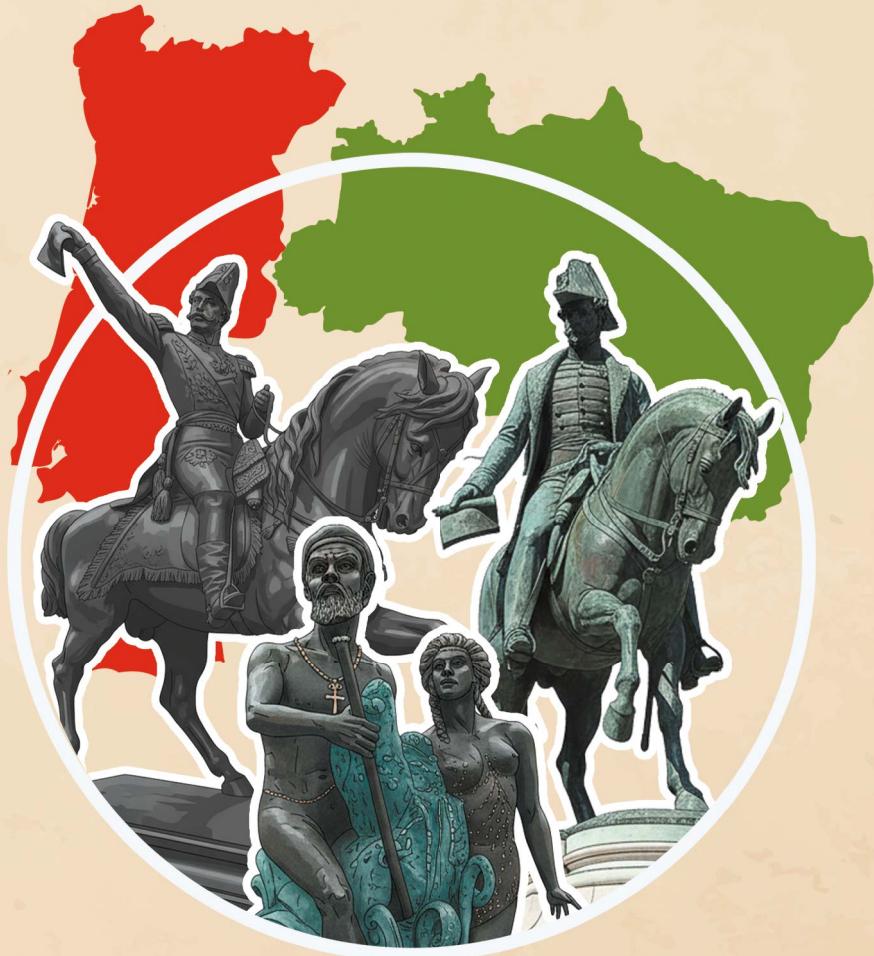


JOSÉ GABRIEL MARTINS PEREIRA

Estatuária urbana, espaço de enunciação e sentidos



UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

P436e

Estatuária urbana, espaço de enunciação e sentidos / José Gabriel Martins Pereira. – Cáceres: Editora UNEMAT, 2025. 98 p.

ISBN: 978-85-7911-309-3 (Documento digital)
DOI: 10.30681/978-85-7911-309-3

1. Semântica do acontecimento. 2. Estatuária urbana. 3. Linguística. I. Estatuária urbana. II. José Gabriel Martins Pereira.

CDU 81'1

José Gabriel Martins Pereira

ESTATUÁRIA URBANA, ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E SENTIDOS



Cáceres - MT

2025

CONSELHO EDITORIAL

Portaria nº 1629/2023

PRESIDENTE

Maristela Cury Sarian

TITULARES**SUPLENTES****Josemir Almeida Barros***Universidade Federal de Rondônia - Unir***Laís Braga Caneppele***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Fábricio Schwanz da Silva***Universidade Federal do Paraná - UFPR***Gustavo Rodrigues Canale***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Greciely Cristina da Costa***Universidade Estadual de Campinas - Unicamp***Edson Pereira Barbosa***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Rodolfo Benedito Zattar da Silva***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Cácia Régia de Paula***Universidade Federal de Jataí - UFJ***Nice Vieira Campos Ferreira***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Marcos Antonio de Menezes***Universidade Federal de Jataí - UFJ***Flávio Bezerra Barros***Universidade Federal do Pará - UFPA***Luanna Tomaz de Souza***Universidade Federal do Pará - UFPA***Judite de Azevedo do Carmo***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Maria Aparecida Pereira Pierangeli***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Célia Regina Araújo Soares***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Nilce Maria da Silva***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Rebeca Caitano Moreira***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Jussara de Araújo Gonçalves***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Patrícia Santos de Oliveira***Universidade Federal de Viçosa - UFV*

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORIA UNEMAT 2025

Copyright © José Gabriel Martins Pereira, 2025.

A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial,
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação
e revisada por pares.

Reitora: Vera Lucia da Rocha Maquêa

Vice-reitor: Alexandre Gonçalves Porto

Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas: Maristela Cury Sarian

Imagens da capa: Freepik IA

Capa: Potira Manoela de Moraes

Diagramação: Potira Manoela de Moraes

Preparação do original: Francineli Cesarina Lara

Revisão: Andriéle Cristina Stasiak

Dedico este trabalho a Deus;
À minha querida amiga, meu amor e
companheira de caminhada, Francineli Lara;
Aos meus maiores presentes, meus filhos:
Bruno, Cauã e Maria Helena;
Aos meus amigos e pais do meu filho Bruno:
Patrícia e Pepe;
A toda a minha família Portuguesa: mães
Helena e Madalena, pai Fernando, irmãos Nini
e Nuno;
A todos os demais familiares;
Aos amigos e amigas que ganhei ao longo da
vida;

In memoriam:

Armando da Cunha
Sebastião Mendes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me fazer ser quem e como sou.

Agradeço à minha amiga, companheira e esposa, Francineli Lara, por toda a dedicação e apoio.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Dr. Taisir Mahmudo Karim, por ter me guiado pelo caminho da semântica.

Agradeço à Unemat (Academia e ao PPGL), por ter me acolhido.

Agradeço a todos os meus professores do Curso de Graduação em Letras, Português/Inglês e suas Literaturas da Unemat, Câmpus Jane Vanini.

Agradeço a todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Unemat.

Agradeço a todos os professores externos que, gentilmente, compartilharam o conhecimento comigo.

Agradeço aos professores Dr. Taisir Karim, Dr. Luis F. Dias e Dr. Lucas Alvares, por terem aceitado este desafio, pelo incentivo e pelas contribuições que me valeram para a concretização deste trabalho.

Agradeço ao Dr. Eduardo Guimarães, pela atenção disponibilizada nas nossas conversas.

Agradeço à família Macedo Karim, pelas inúmeras vezes que a importunei.

Agradeço a todos meus colegas e amigos que fiz no decorrer do meu percurso.

Agradeço à FAPEMAT, à PROEC e à CAPES por me permitirem ser bolsista em toda minha caminhada e me dedicar por inteiro aos estudos.

Agradeço imensamente ao grupo de estudos enunciativos Significar, por ter sido o operário do saber, determinante para o presente acontecimento e possibilitador da futuridade.

Qualquer objecto artístico, segundo as teorias modernas - e estou a lembrar-me de Saussure - tem estes três aspectos: o referente, o significante e o significado. No meu tempo, o referente chamava-se o tema, agora chama-se referente; o significante é a própria obra de arte; e o significado é o que ela pretende dizer ao público [...].

(Lagoa Henriques, 2004 *apud* Soares, 2013, p. 8)

SUMÁRIO

Prefácio	12
Apresentação.....	15
Capítulo 1	
Estatuária urbana	18
1.1 A cidade do Porto	20
1.2 A cidade do Rio de Janeiro	22
1.3 Dom Pedro	26
1.4 A cidade de Viana do Castelo	28
1.5 Caramuru.....	31
Capítulo 2	
A Semântica do Acontecimento: pressupostos teóricos e analíticos	32
2.1 Semântica do Acontecimento e acontecimento da enunciação	32
2.2 Espaço de enunciação, cena enunciativa, articulação e argumentação	36
2.3. Formando o <i>corpus</i>	41

Capítulo 3	
Análises da estatuária em seu espaço de enunciação.....	44
3.1 Entre o enunciar e o “enunciado”	44
3.2 Dom Pedro IV	47
3.3 Dom Pedro I	65
3.4 Duas estátuas, dois reis, duas constituições	69
3.5 Caramuru	73
Considerações finais	90
Referências.....	93
Anexos	96
Anexo A – Dom Pedro IV.....	96
Anexo B – Dom Pedro I.....	97
Anexo C – Caramuru	97
Sobre o autor	98

PREFÁCIO

DOI: 10.30681/978-85-7911-309-3.prefacio

Este trabalho nos faz refletir sobre a existência histórica dos fatos na humanidade, nos leva a considerar a linguagem como centro da significação da história, o lugar que dá existência histórica àquilo que ainda não existia, mas, mais do que isso, nos faz perceber que é com a linguagem que as diferenças existentes nesse lugar se apresentam. A obra que ora apresento ao nosso leitor resulta da pesquisa desenvolvida durante todo o percurso acadêmico, com ênfase no Curso de Mestrado (PPGL/Unemat), do pesquisador José Gabriel Martins Pereira. Ele nos aponta uma reflexão nessa direção ao apresentar um trabalho denso, o qual transita na direção semântica que considera a relação do linguístico com o extralinguístico, relação esta que constrói sentidos que marcam identidades de povos construídas pelas práticas sociais do cotidiano. O trabalho se trata de um estudo que se inscreve no campo das ciências da linguagem, mais especificamente no âmbito da Semântica do Acontecimento, uma perspectiva teórica enunciativa que se funda no Brasil. Desde sua constituição, esse lugar teórico, genuinamente brasileiro, tem nos proporcionado instigantes reflexões sobre os mais diversos temas sociais, nos mostrado a produção dos sentidos no funcionamento da linguagem considerando a



tríade sujeito, língua e mundo, aspectos considerados a partir das práticas sociais que os constituem.

O trabalho do pesquisador José Gabriel traz como objeto-tema para suas análises a estatuária urbana, considerando dois espaços de enunciação distintos, o do Brasil e o de Portugal – espaços que apresentam diferenças marcantes enquanto produção de sentidos. Essa escolha dual para tratar da estatutária urbana em lugares distintos nos mostra a sensibilidade do comprometimento intelectual do autor em perceber, na articulação entre arte, memória e espaço urbano, materialidades enunciativas passíveis de serem analisadas sob a égide dos fundamentos da linguagem. Enquanto acontecimento, isso nos permite observar, a partir das relações designativas, as histórias que constituem os objetos em análise. As análises aqui desenvolvidas, ao tomarem como *corpus* obras escultóricas localizadas em cidades historicamente relevantes do Brasil e de Portugal, revelam como a memória, o espaço e a linguagem se articulam e se reescrituram para constituir sentidos, reinscrevendo as marcas da história e da política em monumentos que, embora silenciosos, significam, dizem sobre cada acontecimento.

Este trabalho avança em sua proposta teórico-analítica ao articular, com rigor acadêmico, os construtos conceituais da Semântica do Acontecimento. Mais do que isso, abre caminho para novas discussões semânticas; no caso, sobre uma materialidade bem específica: a estatuária urbana. O autor propõe análises que fazem brotar o lugar da historicidade dos



sentidos inscritos nas práticas simbólicas que atravessam as sociedades portuguesa e brasileira, práticas que determinam as identidades desses povos. O percurso aqui materializado reflete não apenas um exercício metodológico analítico, mas principalmente um exercício ético e estético de leitura do mundo, sensível às relações entre linguagem, história, espaço e sujeito.

Este livro, que, a partir de agora, se torna de fácil acesso ao público, é uma valiosa contribuição para aqueles que se interessam pelos estudos das ciências humanas, em especial da linguagem, pela sua relação entre língua, espaço e memória e pelo modo como os sentidos se atualizam nas materialidades que configuram o cotidiano urbano a partir da estatutária urbana. Sem dúvida, caro leitor, esta obra lhe permitirá uma prazerosa leitura. Aos futuros leitores, desejo que esta leitura seja tão instigante quanto foi acompanhar o percurso de construção desta pesquisa.

Cáceres-MT, agosto de 2025.

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim¹

(Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat)

1 Possui graduação em Letras (Licenciatura Plena) pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat (1990), mestrado (2000) e doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor associado da Unemat, atua no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL). Foi reitor da Unemat (2002-2010), diretor do Instituto de Linguagem (2001-2002), coordenador do Curso de Letras (1996-1998) e coordenador do PPGL (2015-2018). Vice-presidente da ANPOLL (2016-2018), é coordenador/membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem – CEPEL, Diretor de Gestão em Educação a Distância/Unemat e líder dos grupos de pesquisa *Mato Grosso: falares e modos de dizer e significar Mato Grosso* (Unemat/CNPq). Desenvolve pesquisas em Semântica e Enunciação, com destaque para estudos sobre nominalização e significação nas relações entre o verbal e o não verbal.



APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de uma pesquisa realizada durante o mestrado em linguística, orientado pelo Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim, vinculado à área de concentração de *Estudo de processos linguísticos*, bem como à linha de pesquisa *Estudos dos processos de significação*, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat).

Esta pesquisa tem como objetivo observar a produção de sentidos no e pelo acontecimento de três obras de arte constituintes da estatuária dos espaços urbanos de Portugal e do Brasil. Tomamos como *corpus* duas obras edificadas em Portugal (doravante PT), nas cidades do Porto e Viana do Castelo, e uma edificada no Brasil (doravante BR), na cidade do Rio de Janeiro. Assim, trabalhamos as três obras que constituem nosso *corpus* via uma perspectiva na qual se dá a relação do verbal (enunciados) com o não verbal (imagem/imagético), bem como outros enunciados que consideramos pertinentes para as nossas análises. Tratamos, então, de uma relação de enunciados que determinam a execução das obras: a estátua D. Pedro IV, erguida no Porto – PT, Caramuru, erguida em Viana do Castelo – PT e D. Pedro I, no Rio de Janeiro – Br, já que acreditamos que estas se constituem e produzem sentidos pela articulação entre o verbal e o *não verbal* (desde agora será



tratado por nós como imagético, já que consideramos como coisas distintas), ou seja, acontecimento (enunciativo) e evento (imagético/estético-político) para a produção de sentido no funcionamento do acontecimento enunciativo.

Para esta pesquisa, tomamos como norte de nossas investigações os dispositivos teóricos e metodológicos da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011 e 2018). Nossa observação se dá a partir da relação do verbal com o imagético no acontecimento. Essa observação nos leva à descrição do agenciamento das figuras enunciativas na configuração da cena enunciativa para que possamos considerar aquele que fala e aquele para quem se fala (escultor/estado e seu alocutário/leitor), bem como as possíveis articulações que constituem os conjuntos arquitetônicos (estatuetas constituintes da estatuária urbana).

Desta forma, via perspectiva enunciativa, em que a enunciação é tomada como o lugar que produz a significação, buscamos compreender tal relação.

Este estudo está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, intitulado “Estatuária urbana”, apresentamos, de maneira sucinta, o que entendemos por estatuária urbana, de forma que o leitor a diferencie de outros modos/outras maneiras/outras produções/outras formas arquitetônicas artísticas; seguimos com a apresentação do percurso sócio-histórico das cidades do Porto – PT e Rio de Janeiro – Br; em seguida, apresentamos a história, também resumida, de

Dom Pedro. Avançamos para a apresentação, como feito anteriormente, sócio-histórica da cidade de Viana do Castelo – PT; e, para fechar esta seção, apresentamos Caramuru.

Já no capítulo 2, intitulado “A Semântica do acontecimento: pressupostos teóricos e analíticos”, apresentamos o quadro teórico e as formas de análise que foram mobilizados para trabalhar o nosso *corpus*. Tentamos, sem desconsiderar outras teorias enunciativas, mas prestigiando o vigésimo aniversário do lançamento da obra *Semântica do acontecimento*, priorizar esta teoria e seu cientista, professor Doutor Eduardo Guimarães, juntamente com todos os outros que, ao longo do percurso da produção teórico/analítica, se uniram para consolidar e apresentar ao mundo uma teoria genuinamente brasileira, a qual abraçamos desde o início do nosso processo formativo.

No capítulo 3, “Análises da estatuária em seu espaço de enunciação”, procedemos com as análises que nos possibilitam, ou não, considerar possíveis significações (e, se sim, a que se devem) promovidas por articulações entre eventos imagéticos e acontecimentos enunciativos, presentes nos conjuntos arquitetônicos da estatuária urbana de cada espaço. Buscamos, ainda, verificar a existência de uma relação entre os conjuntos arquitetônicos que selecionamos da estatuária urbana de Portugal e da estatuária urbana do Brasil.



Capítulo 1

ESTATUÁRIA URBANA

Ainda que na língua portuguesa do Brasil não exista uma definição para “estatuária urbana”, trazemos aqui o que se diz sobre esse assunto no espaço da língua portuguesa de Portugal, pretendendo, com isso, diferenciar sentidos entre obras de arte, ou não, que conhecemos por estátuas. Segundo Soares (2012)¹, “estatuária” inclui traços semânticos que a identificam como um gênero de realização escultórica diferenciado de outras obras, já que se assenta no uso da representação figurativa como noção de memória e homenagem de determinada sociedade, tornando-se, assim, segundo a autora,

[...] uma narrativa script-visual que documenta a história e a vivência local através da dimensão material e imaterial. Este é o valor de memória e civilização que marca a estatuária urbana enquanto marco territorial de identidade, contribuindo para a preservação e salvaguarda do património material etnográfico e bem assim do património imaterial linguístico e etnológico (Soares, 2012, p. 3).

1 Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7403/1/ulfl127437.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

Dizer relação *script-visual* (desde agora scriptovisual) é, antes de tudo, considerar que as estátuas que constituem a estatuária urbana são referentes figurativos que, junto com os enunciados que lhes fazem parte, se apresentam como “documentos” históricos que identificam através de pertencimento e via rememorações, que não se referem a fatos históricos, mas sim a narrativas – a respeito da noção de narrativa de Soares (2012), acreditamos que esta pode ser substituída, num futuro, por outra pertencente à teoria que trabalhamos – que constituem e consolidam uma identidade própria de um determinado local.

Desta forma, tomamos como incentivador desta pesquisa o fato de que a estatuária urbana conta; logo, é um acontecimento ainda que imagético, o qual, ao se dar em determinada localidade, significada por uma história que se constitui por um passado, significa no presente do acontecimento e sugere uma latência de futuro que pode significar a própria identidade desse local. A perspectiva de Soares (2012) tem sua consistência no referente da representação, pois este carrega consigo produção de sentidos, como nos diz o professor e escultor Lagoa Henriques na nossa epígrafe.

Assim sendo, entendemos que “estatuária urbana” condensa um conjunto de objetos artísticos escultóricos que, em algum momento, foram erguidos por determinação do poder local com a pretensão de perpetuar, através do figurativo, valores de memória e identidade produzidos por enunciações relevantes do lugar social que a figura (o apresentado)



representa ou representou para a construção e/ou afirmação de uma historicidade do lugar. Logo, é possível considerar a estatuária urbana como algo que significa na e pela relação de narrativas e que o imagético representa enquanto sentidos, isto é, a relação entre aquilo que a linguagem produz enquanto sentidos no seu funcionamento com o imagético, instituindo, desse modo, um todo que diz sob a identidade do local. A teoria a que nos filiamos não considera a enunciação por uma abordagem pragmática de manipulação e utilização do léxico. Para a Semântica do Acontecimento (2002), a enunciação é considerada no seu funcionamento levando em conta a língua, a história e o sujeito que enuncia.

Tendo visto rapidamente o que entendemos por estatuária urbana, passemos agora a uma breve consideração da história das cidades do Porto e do Rio de Janeiro, num primeiro momento, locais de relevância histórica para nossas análises iniciais.

1.1 A CIDADE DO PORTO

O aglomerado populacional hoje chamado Porto², antigamente Cale, cidade que deu nome a Portugal, está localizado na foz do rio Douro, onde os romanos construíram um porto e o nomearam por “Portus Cale”, origem do topônimo

2 Disponível em: <https://www.tudosobreporto.com/historia>. Acesso em: 03 out. 2021.

Portugal. Foi uma aldeia celta até ser ocupada, em 456, por outros povos, inclusive pelos romanos, já que sua posição geográfica fazia de Portus Cale uma parada obrigatória na rota entre Bracara Augusta e outros portos de destino na península Ibérica.

No ano 456, a cidade foi tomada pelo rei visigodo Teodorico II, que a ocupou e governou até o ano 716, quando, então, foi conquistada pelos árabes, que se mantiveram por lá até a reconquista católica pelo então rei das Astúrias, Afonso I, o qual, sem grande interesse, deixou-a ao abandono até o ano de 880, em que seu sucessor e último rei das Astúrias, Afonso III, O Magno, ordenou sua repovoação.

Iniciavam-se os anos de 1900, e Teresa de Castela e Leão casou-se com Henrique de Borgonha. Seu pai, Afonso VI, como dote, atribuiu-lhes, em 1906, o Condado Portucalense. Graças a esse matrimônio, nasceu Afonso Henriques, o qual, em 1138, na batalha de Ourique, venceu e provocou a migração dos muçulmanos para o sul, acontecimento impulsionador para que, em 1143, fosse renomeado, pelo rei Afonso VII de Castela e Leão, de Afonso I: Henrique *portugalensium rex*. Cabe salientar que “rei” e “monarquia” surgiram antes de se estabelecer o reino de Portugal perfeitamente delimitado.

Em 1820, a cidade invicta foi cenário de um levante militar que acabou com a monarquia absoluta, dando lugar a uma constituição liberal. Foi, ainda, o bastião de Pedro IV de Portugal e I do Brasil nas lutas entre liberais e absolutistas. De



1832 a 1833, a cidade aguentou o assédio dos absolutistas, que, com a ajuda da Espanha, acabaram por acatar a rendição. No entanto, a vitória liberal se forjou às custas de numerosos sacrifícios dos habitantes do Porto, que lutaram heroicamente em defesa da Liberdade expressa na Carta Constitucional de Dom Pedro IV.

1.2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O “achamento” do território brasileiro está diretamente ligado ao advento da expansão marítima – ou grandes navegações –, desenvolvida principalmente por portugueses e espanhóis entre os séculos XV e XVIII³. Após a descoberta da rota marítima para a Índia, era necessário estabelecer um contato permanente com os povos asiáticos visando à comercialização, principalmente, de especiarias. Desta forma, o então Rei de Portugal, D. Manuel I, enviou uma frota de treze navios sob o comando de Pedro Álvares Cabral, que, no dia 22 de abril de 1500, segundo a Carta de Pero Vaz de Caminha no site Só História⁴, a carta foi o primeiro documento escrito na história do Brasil, assim, houvemos vista de terra:

3 Disponível em: <https://www.questoesestrategicas.com.br/resumos/ver/expansao-maritima-europeia#:~:text=A%20Expans%C3%A3o%20Mar%C3%ADtima%20Europeia%20foi,que%20tinham%20monarquias%20nacionais%20estabelecidas>. Acesso em: 03 out. 2021.

4 Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/curiosidades/carta/>. Acesso em: 03 out. 2021.



Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.

Talvez por equívoco, ou não, acharam o hoje estado da Bahia.

No ano de 1501, uma expedição comandada por Gaspar de Lemos zarpou com intenção de explorar e mapear o novo território. No início do mês de janeiro, chegaram ao que acreditavam ser a foz de um rio (atual Baía de Guanabara ou água escondida, em língua indígena) e aí fundaram seus navios. Desta forma, e tendo como referente o suposto rio e o primeiro dia do primeiro mês do ano, nomeiam esse território de Rio de Janeiro⁵.

Corria o ano de 1531 quando Martim Afonso de Souza chegou de Portugal com os primeiros colonos, assentando base na Baía de Guanabara. Oito meses depois, zarpou para a agora São Paulo, fundando a primeira vila brasileira (1532) onde os migrantes conviviam com os povos aborígenes: Goytacazes, Paraíbas, Puris, Tamoios, entre outros.

Em 1534, D. João III, de forma a proteger o território da cobiça de outros povos europeus, criou as Capitanias Hereditárias, uma divisão do território em quinze espaços horizontais. Essa tentativa de proteção não evitou que, em

5 Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101378/historia_cidade_rio_janeiro.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

1555, depois da criação do Governo Geral do Brasil (1548), sediado em Salvador, os franceses ocupassem, com o apoio dos Tamoios, a Baía de Guanabara, que só foi reconquistada em 1560, após o envio de uma expedição de combate determinada pelo Governador Geral Mem de Sá. O êxito da operação de reconquista só ocorreu em 1567, após Estácio de Sá fundar, em 1 de março 1565, a cidade do Rio de Janeiro, território localizado entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar.

Com povoamentos de várias densidades populacionais já fixados, a produção de açúcar era a máquina econômica da cidade e região. Ainda assim, pela mão do governo de Gomes Ferreira de Andrada, a produção de café foi, também, introduzida. Corria então o século XVIII, período da exploração de ouro e diamantes em Minas Gerais, o que obrigava a escoar o minério por estradas que desembocavam na cidade do Rio e daí seguiam em navios para Portugal. Toda essa ascensão agrícola, comercial, de entreposto etc. determinou a transferência da capital (1763) de Salvador para o Rio de Janeiro.

Não menos importante foi um acontecimento ocorrido do outro lado do oceano, a invasão de Portugal pelo exército de Bonaparte, que obrigou, em 1807, a família Real a se refugiar no Brasil. Em consequência, houve um aumento significativo do trânsito de pessoas e mercadorias pelos portos marítimos da cidade. Temos que destacar que a cidade foi, também, um importante porto de chegada de navios negreiros, que traziam pessoas escravizadas das costas africanas para trabalhar



na construção do Brasil e no enriquecimento do Estado, de colonos e dos primeiros brasileiros.

Dada a importância promovida por todos os acontecimentos citados, em 1822 o Rio de Janeiro passou a usufruir do estatuto de capital do Brasil (até 1960). Vale salientar que, desde a chegada da coroa portuguesa, o governo de Portugal estava sediado no Rio de Janeiro; logo, isso significa que o Império Português era governado a partir do Rio e não de Lisboa.

Outros acontecimentos, mais ou menos recentes, lhes sucedem e vêm, até a atualidade, colocando o Rio no centro das atenções, tais como diz o site⁶ que nos serviu de base para falar sobre a Cidade Maravilhosa, uma designação⁷ que lhe faz jus: a Abolição da Escravatura, em 1888; a Proclamação da República, em 1889; a Promulgação da Constituição de 1891; as revoltas da Armada e da Chibata; a revolta da Vacina; a revolta dos Dezoito do Forte. A Revolução de 1930, que provocou profundas mudanças políticas no país; o golpe de 1937, com a instalação da ditadura do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas; a redemocratização do país em 1946; a luta pela criação da Petrobras e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O Golpe Militar de 1964; as passeatas de 1968, com a morte do estudante Edson Luiz; as campanhas eleitorais, após a luta pela abertura política e pela anistia; o

6 Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

7 Cf. Guimarães (2002).



comício das Diretas Já; a Passeata dos caras-pintadas pelo impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello etc.

1.3 DOM PEDRO

Monarca português e imperador do Brasil, filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nasceu em Queluz em 12 de outubro de 1798 e faleceu na mesma cidade no dia 24 de setembro de 1834. Dom Pedro IV foi o vigésimo sexto rei de Portugal (1826) e primeiro imperador do Brasil (Dom Pedro I), ficando conhecido pelo cognome “o Libertador”.

Depois da primeira invasão francesa a Portugal, a família real se refugiou (1807) no Brasil, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro, onde nosso protagonista passou parte da sua vida. Em 1818, casou com a arquiduquesa D. Leopoldina, filha do imperador Francisco da Áustria, e deste matrimônio nasceram, entre outros, D. Maria da Glória (1819), futura rainha de Portugal (com o título de D. Maria II), e D. Pedro⁸ (1825), que sucederia o pai como imperador do Brasil (com o título de D. Pedro II). Em 1826, D. Pedro IV/I perdeu sua esposa e três anos mais tarde contraiu novo matrimônio com Dona Amélia de Leuchtenberg.

8 Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dom-pedro-i.htm>. Acesso em: 03 out. 2021.



Após a Revolução de 1820, D. João VI determinou o regresso de seu filho a Portugal, onde as Cortes Constituintes elaborariam a Constituição do Reino. A decisão, porém, foi mal recebida no Brasil. Em 1821, o monarca decidiu retornar à metrópole, deixando D. Pedro como regente do Brasil. Essa circunstância abriu caminho para que D. Pedro apoiasse o movimento pela independência, assumindo papel de liderança decisivo no processo.

Corria o ano de 1822, e D. Pedro, ao sétimo dia de setembro, às margens do Rio Ipiranga, enunciou, pelo grito do Ipiranga “independência ou morte”, a independência do Brasil. Após a morte de seu pai em 1826 e em cumprimento de determinações suas, D. Isabel Maria assumiu a regência do reino e designou D. Pedro rei de Portugal. D. Pedro, assim, começou a idealizar a união das duas coroas, mas rapidamente mudou de ideia, outorgando aos portugueses a Carta Constitucional (1826) e abdicando a favor de sua filha, D. Maria da Glória, mediante duas condições: o casamento da rainha com D. Miguel (tio) e o juramento da Carta Constitucional.

Após esses acontecimentos, pertinentes para a história de ambos os países, D. Pedro, por conflito com a Câmara brasileira, foi obrigado a abdicar de seu trono, nomeando seu filho D. Pedro II regente. Em Portugal, D. Miguel se tornou senhor de um trono absolutista (1827), D. Pedro regressou à Europa com sua filha D. Maria II e se assumiu mentor da causa liberal. Em 1832, D. Pedro chegou aos Açores, onde assumiu



a regência na qualidade de duque de Bragança e fundou um Ministério composto por Mouzinho da Silveira, Marquês de Palmela e Agostinho José Freire, com especial destaque ao primeiro, pela legislação que viria a alterar a estrutura jurídica e social do país. Em junho, partiu para o norte do país, seguindo para a cidade do Porto, onde, junto com suas tropas, foi submetido a um cerco, iniciando-se, assim, a guerra civil que se prolongou até maio de 1834 (Convenção de Évora-Monte), quando D. Miguel foi expulso do país e entrou em vigor a Carta Constitucional. As Cortes de agosto de 1834 confirmaram a regência de D. Pedro, que morreu no mês seguinte, mais especificamente em 24 de setembro, quatro dias após o início do reinado de D. Maria II.

1.4 A CIDADE DE VIANA DO CASTELO

Para explicar o processo de nomeação que culmina em “Viana”, existem vários dizeres que podem ser levados em conta. Alguns autores⁹ defendem que o nome da cidade portuguesa Viana do Castelo, capital do Distrito, localizada na região norte e sub-região Minho-Lima, tem origem do étimo para “Biduana”, por ter sido uma nova cidade, construída em dois dias. Outros¹⁰ acreditam que o topônimo provém

9 Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/viana/>. Acesso em: 03 out. 2021.

10 Disponível em: <http://terrassdeportugal.wikidot.com/viana-do-castelo>. Acesso em: 03 out. 2021.



da existência de um templo de Diana existente no local onde se desenvolveu a cidade. Uma terceira possibilidade é que “Viana” proviria de uma alteração de “Vinha”, latinismo de “Vinea”. Outro dizer, ainda, supõe que a sua origem seria “Vi-Anna” ou “Vi-Ana”, significando “rio do lago” ou “rio de Ana”, com origens linguísticas gregas ou púnicas. Por último, mas não menos relevante, contam os ancestrais que, um dia, um cavaleiro que caçava viu, através de uma janela do castelo, uma moça, de sua Graça Maria, que nunca saía da fortaleza em que estava enclausurada, e, empolgado, correu para o povoado gritando “Vi Ana do Castelo!”. Contudo, o mais certo é o topônimo provir do ibérico, com o sentido de “monte”.

Quanto ao nome composto “Viana do Castelo”, este surgiu em 1848, quando da elevação a cidade por D. Maria II, em que o nome “Castelo” presta homenagem à resistência que a guarnição do castelo de D. Maria teve durante o cerco que lhe fez a Junta do Porto.

Existem testemunhos do povoamento do território que hoje corresponde ao conselho de Viana do Castelo desde os tempos do Paleolítico até a Idade do Bronze; contudo, é possível considerar antecessor do espaço e, inclusive, do nome a citânia de Santa Luzia, situada no alto do monte homônimo, e o Castro¹¹ de Santa Luzia (século IV). Do primitivo castro teriam

11 1. Castelo ou fortificação de origem romana ou pré-romana = CRASTO.
2. Povoação fortificada = CITÂNIA. CASTRO. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/castro>. Acesso em: 28 set. 2022.

origem os povos que posteriormente ocuparam os castros de Perre e Areosa, situados na base do monte.

No sítio chamado “Vila de Figueiredo”, ainda em 1930, existiam alicerces de um grupo de casotas circulares, de tipo castrejo, onde foram encontradas alguma tégulas¹². Terá sido a “Vila de Figueiredo” a origem de um núcleo de povoações no qual estava incluída a paróquia medieval de “Santa Maria de Vínea”, também chamada de “Vinha”, talvez determinante para a nomeação “vila de Viana”?

A vila de Viana foi anunciada, em 1258, através de um foral emitido pelo quinto rei de Portugal, D. Afonso III (1245-1279). Seu principal objetivo era criar um aglomerado urbano, de expressão mercantil marítima e piscatória, junto à foz do Lima. No fundo, tratava-se de criar uma nova povoação dispersa pelas quatro “vilas” existentes ao redor e centralizar no município a administração e, eventualmente, a defesa do termo conselho. Na Carta de Foral de fundação do município, em 18 de junho de 1258, Afonso III registou a sua vontade de criar um povoado na foz do rio Lima, “...impono nomen Vianna”. Ao mesmo tempo, lançou as bases do desenvolvimento da vila de Viana, que demonstrou ter uma forte vocação para o comércio marítimo, atividade que fez da povoação um dos portos mais movimentados do país.

12 Tipo de telha grande de rebordo, feita de barro, que aparece em estações arqueológicas romanas. TÉGULAS. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/t%C3%A9gulas>. Acesso em: 28 set. 2022.

1.5 CARAMURU

Diogo Álvares Correia¹³ nasceu em Viana do Castelo em 1475 e faleceu em 5 de outubro de 1557 na Bahia, Brasil. Frei José de Santa Rita Durão, em sua obra de 1781 *Caramuru*,

Tendo já considerado o espaço de historicização do objeto de nossa indagação, passaremos agora ao pressuposto teórico da Semântica do Acontecimento.

13 Disponível em: <https://www.auroradolima.com/opiniao/o-grande-caramuru/>. Acesso em: 03 out. 2021.

Capítulo 2

A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

Neste capítulo, apresentamos os construtos teóricos da Semântica do Acontecimento, definidos por Guimarães (2002, 2018), o qual considera a produção dos sentidos a partir do funcionamento da linguagem na e pela enunciação. A partir disso, procuramos mostrar em que medida essa materialidade linguística produz efeitos que podem afetar os sujeitos leitores e, desta forma, construir a relação interpretativa entre o funcionamento de texto com o imagético e seu sujeito leitor.

2.1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E ACONTECIMENTO DA ENUNCIAÇÃO

A Semântica do Acontecimento se propõe a tratar a significação a partir do acontecimento do dizer, que considera a inclusão da exterioridade da língua (o sujeito e a história) como parte constitutiva dos estudos da significação. Nessa direção, a língua passa a ser entendida como

[...] um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é assim um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão) cujas relações constituem este conjunto de regularidades. Com isto podemos apresentar uma definição prévia do que seja a semântica: trata-se de uma disciplina linguística que tem como objeto o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua (Guimarães, 2018, p. 15).

Ou seja, tomamos a língua como um conjunto de regularidades pelas quais os falantes, ao serem tomados por ela, dizem alguma coisa e, ao dizerem, significam o mundo, o real, e se significam. Contudo, há que se considerar que a língua, partindo de nosso lugar teórico, funciona no acontecimento de dizer; deste modo, este acontecimento se dá necessariamente em um espaço de enunciação que é caracterizado, entre outras coisas, pelo funcionamento do político.

O funcionamento do político será tomado como um dos lugares que nos ajudarão a entender melhor as relações entre as línguas e os falantes. Para Guimarães (2002), o político é

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (Guimarães, 2002, p. 16).



A política, ou político, funciona no acontecimento enunciativo, provocando uma divisão desigual do real que está vinculada à divisão desigual do social – divisão entre instituições privadas e estatais, divisões geográficas etc. –; logo, divisões que definem lugares de poder. Portanto, e assim afirma Guimarães, “o acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político” (Guimarães, 2002, p. 17). Ainda, segundo o autor, “[...] a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Guimarães, 2002, p. 7). O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica. Segundo Guimarães (2002), a história é determinante no acontecimento enunciativo por trazer a ele um passado de sentidos, que podemos considerar uma rememoração de enunciados que ressignificam na temporalidade específica do acontecimento. O teórico considera

[...] que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. O que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa sua diferença. [...] o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2002, p. 11-12).

A Semântica do Acontecimento trata do sentido no acontecimento do dizer, na enunciação, considerando o sujeito e a história. Assim, entende-se que

[...] a língua deve ser definida a partir do espaço de enunciação. [...] pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. Ela é assim um conjunto de elementos cujas relações constituem essas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Estes elementos se caracterizam porque se combinam de algum modo que também é preciso estabelecer. Estes elementos apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação (Guimarães, 2018, p. 24).

Sendo a enunciação tomada como um acontecimento sócio-histórico, não no sentido da história cronológica, em que os fatos significam um acontecimento social determinado no tempo, mas no sentido em que a história é constitutiva do presente de uma enunciação, ou seja, em que “a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui)” (Guimarães, 2018, p. 43), o histórico aqui se constitui no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer. E a temporalidade, segundo Guimarães (2002), constitui

[...] o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de

enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2002, p. 11-12).

Segundo o teórico, o acontecimento instala uma temporalidade que lhe é própria, onde os sentidos são produzidos pelo acontecimento na medida em que este é pela temporalidade, e não pelo locutor.

2.2 ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO, CENA ENUNCIATIVA, ARTICULAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

Para Guimarães (2002, p. 18), os espaços de enunciação “[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”, além de serem “espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. O fato de o sujeito estar constantemente a tomar a palavra, mesmo que às vezes esta lhe seja negada, faz com que a enunciação seja uma prática política; desta forma, permite-nos dizer que o político afeta e divide materialmente a língua nessa relação de disputa entre língua e falantes, uma vez que o político cria uma ideia de “igualdade”, podendo afirmar o pertencimento dos excluídos

pela desigualdade. Para explicar a divisão das línguas que existe entre os falantes dos Estados Nacionais, Guimarães (2006) apresenta cinco categorias de línguas:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. *Língua Franca*: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercurso comum. *Língua nacional* é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. *Língua oficial*: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. *Língua estrangeira*: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência (Guimarães, 2006, p. 48, grifo nosso).

É o espaço de enunciação que torna a língua uma prática política que funciona no enunciar, e falar é assumir a palavra num espaço de disputas entre falantes e línguas. Portanto,

[...] o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L) é o lugar que diz (eu) para alguém (tu); o alocutor (alx) ao ser agenciado, institui um alocutário (at-x) (al-x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at-x, o lugar social para o qual um certo al-x); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta com quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico. O enunciador não projeta um tu, é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem diz) (Guimarães, 2018, p. 62).



Para a Semântica do Acontecimento, a cena enunciativa é de suma importância, e, segundo Guimarães (2018, p. 58), “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”. Desse modo, a

[...] cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituir-a (Guimarães, 2018, p. 53).

Esse lugar de dizer “se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal ou genérico” (Guimarães, 2018, p. 62). Mais adiante, na seção III, tomaremos o funcionamento semântico-enunciativo da relação de sentidos presentes nas estátuas (como um todo) selecionadas através de dois procedimentos de análises: articulação e reescritação.

A articulação se relaciona entre os elementos linguísticos, significando sua contiguidade e, conforme Guimarães (2009), marcando, ainda, a relação entre o Locutor e seus dizeres. Dessa forma, “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (Guimarães, 2009, p. 51).

Segundo o teórico, “na organização dos enunciados funcionam relações gerais específicas que podemos considerar em três modos diferentes: dependência, coordenação e incidência” (Guimarães, 2018, p. 80). Vejamos um pouco sobre estes três modos de se verificar a relação por articulação:



- a. por **dependência**: existe uma certa relação e se apresenta como um único conjunto entre os elementos contíguos;
- b. por **coordenação**: existe um acúmulo de elementos contíguos; e
- c. por **incidência**: não existe uma relação de dependência inserida entre os elementos.

Não podemos deixar de dizer que

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relação de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com os textos em que estão enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos (Guimarães, 2018, p. 84).

Por fim, e não menos importante, deve-se considerar que falar em argumentação não é falar em persuasão ou insistência de convencimento, argumentar. Segundo o teórico, falar em argumentação

[...] significa a sustentação do que se enuncia, produzida pela enunciação. Ela significa numa relação de alocução constituída pelo agenciamento do alocutor-x e pela instituição que este produz de seu alocutário-x. Ou seja, a argumentação se constitui pelo agenciamento do falante, na cena enunciativa, que estabelece uma relação eu-tu, em virtude de uma relação da enunciação com aquele de que se fala (Guimarães, 2018, p. 125).



O acontecimento de enunciação se dá num espaço de enunciação conforme caracterizado acima; contudo, o autor atenta para uma observação: mesmo que se esteja numa mesma língua, o espaço de enunciação distribui “línguas” de modos diferentes para seus falantes porque a “língua se divide e suas divisões são atribuídas diferentemente, politicamente, constituindo assim, falantes distintos” (Guimarães, 2008, p. 88).

O falante não é uma pessoa física, de carne e osso, nem uma figura empírica; muito pelo contrário: “[...] é uma figura política constituída pelos espaços de enunciação, sendo, assim, uma figura da enunciação” (Guimarães, 2008, p. 88). O falante, ao assumir a palavra no acontecimento da enunciação, é agenciado politicamente no espaço de enunciação, e “quem assume a palavra não é uma pessoa, é já a pessoa determinada pelas línguas que a constituem enquanto ser simbólico” (Guimarães, 2008, p. 88). O que vai caracterizar a enunciação como uma prática política não individual ou subjetiva é a consideração do funcionamento da língua no espaço de enunciação. Ainda, Guimarães (2008) afirma que:

Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido (político) de línguas e falantes. Desta perspectiva, a língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção que dela faz uma pessoa. Neste sentido, diríamos, a enunciação se dá por agenciamentos específicos pelo funcionamento da língua. Neste embate entre línguas e falantes, próprio dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos. O que se tem não é um ato individual de enunciação, mas um agenciamento político da enunciação (Guimarães, 2008, p. 88-89).



Do ponto de vista de uma semântica enunciativa, podemos considerar que o falante não fala com vontade própria num ato individual, mas sim num agenciamento político da enunciação. Ou seja, não tomamos aqui o falante como aquele que diz intencionalmente, nem mesmo como aquele que diz “Eu” e instala o presente do acontecimento. O falante é uma figura tomada pela língua e pelo tempo no acontecimento.

2.3. FORMANDO O *CORPUS*

O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise (Karim, 2012, p. 47).

Neste trabalho, consideramos pertinente o estabelecido por Karim (2012) quanto à necessidade de se delimitar o *corpus*, assim como a necessidade de se seguir critérios teóricos e não empíricos.

Adiante, na seção III, a análise, utilizaremos os procedimentos analíticos desenvolvidos por Guimarães (2011), que considera:

As análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar (Guimarães, 2011, p. 90).



Tomemos aqui a definição de Guimarães (2005) sobre recorte:

O recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência (Guimarães, 2005, p. 44).

Logo, “[...] não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Guimarães, 2002, p. 7). O texto é definido na Semântica do Acontecimento como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2011, p. 19). O texto integra e ao mesmo tempo é integrado por enunciados através de uma relação transversal.

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento linguístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade (Guimarães, 2011, p. 43).

Conforme Guimarães (2011, p. 21), o enunciado se caracteriza por ter “uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto”. Seguindo essa noção, os enunciados nos permitem verificar



os sentidos produzidos nas estátuas através das relações entre enunciados (verbal) com as imagens (imagético) que constituem o nosso *corpus*.

Após o exposto nestas duas seções – a contextualização sócio-histórica dos espaços e dos “personagens” que serviram de mote para a execução arquitetônica e se tornaram parte da estatuária urbana, bem como a explanação sobre a teoria a que nos filiamos –, seguimos para a seção III, na qual procederemos às análises que, esperamos, nos mostrarão possíveis ligações entre enunciados e imagético.

Capítulo 3

ANÁLISES DA ESTATUÁRIA EM SEU ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO

Iniciamos, agora, nossas análises com o conjunto arquitetônico artístico a Dom Pedro IV, cuja designação IV, ainda que na escrita romana, determina, primeiramente, que tratamos de Dom Pedro de Portugal e não de outro – se fosse do Brasil, seria I –, além de que falamos sobre um lugar social de poder.

3.1 ENTRE O ENUNCIAR E O “ENUNCIADO”

Antes de entrar de fato nas análises, abriremos um espaço para falarmos da relação entre o enunciar, o dizer, e o “enunciado” – entre aspas por não estarmos, agora, tratando diretamente sobre a nossa unidade de análise, mas sim sobre aquilo que se diz, sobre o que se enuncia.

Concordamos com o fato de a língua ser um sistema de regularidades pelo qual é possível dizer algo verbalmente, enunciar, conforme Guimarães (2018). Logo, tudo aquilo que

se pode dizer, que é possível enunciar, se enuncia na e pela língua, no e pelo acontecimento de linguagem.

Por outro lado, se aquilo que se pode dizer se dá pelo funcionamento da língua na e pela enunciação, se dá enquanto acontecimento, devemos tomar como pertinente o fato de que o acontecimento é algo que se inscreve no real. O acontecimento, enquanto caracterizado por sua especificidade, é de ordem atemporal. Contudo, podemos dizer que tanto um acidente de trânsito quanto a publicação de um livro, ou a produção de uma obra de arte, são acontecimentos que se inscrevem na história caracterizados por narrativas que os fazem significar. É, de igual forma, peremptório observar que o acontecimento tomado desta maneira não significa por si só, ou seja, o acontecimento, mesmo que se inscrevendo no real e instalando uma relação particular com uma temporalidade específica, não se dá enquanto unidade de significação. O acontecimento, em si, significa por uma relação de identificação na e pela língua/linguagem. O enunciado, portanto, que é da ordem da língua¹⁴, é o lugar que identifica o acontecimento, produzindo, assim, significações.

Devemos, portanto, observar tais questões para que seja possível avançarmos com nossas análises dentro do nosso lugar teórico. A produção de uma “estátua” é um acontecimento da ordem do tempo e da ordem do imagético, configurando-se enquanto acontecimento estético/imagético. Desta feita,

14 Cf. Todorov (1970).

uma “estátua” ocupa um lugar no real tendo em vista a ordem da história e, dessa maneira, instala-se numa dinâmica de configuração e de partilha da estética do sensível. E, se vimos, anteriormente, que a estatuária urbana se dá enquanto uma narrativa “script-visual”, podemos dizer que ela oferece memoráveis, e é este um acontecimento estético/imagético passível de ser “contado”, possível de ser “enunciado” da enunciação e, assim, capaz de produzir sentidos.

A estátua ou a parte da estatuária urbana de um local não conta nem enuncia por si só. Uma obra da ordem do estético/imagético significa pela possibilidade de ser enunciada por sua história de produção; produz sentidos por trazer em si um nome, uma história, uma dinâmica na divisão política e, por fim, significa pela possibilidade de, ao ser narrada a sua história, identificar as coisas no real, não enquanto organização ou “etiquetação” de um estado de coisas no mundo, mas sim por produzir a designação, instalando uma temporalidade que caracteriza o acontecimento enquanto diferença em sua própria ordem.

Assim, uma estátua não é um texto nem um enunciado. Aquilo que se diz sobre ela, sobre sua história, só se diz enquanto língua em funcionamento na e pela linguagem, só se diz enquanto acontecimento enunciativo. Os sentidos da estatuária urbana se produzem na tensão da relação entre o enunciar – o que se diz – e o “enunciado” – aquilo sobre o que se diz, aquilo que é dito.



3.2 DOM PEDRO IV

Figura 1 – Dom Pedro IV, Portugal



Fonte: Brito e Cunha¹⁵.

15 Disponível em: <http://www.britoecunha.com/estaaacutetua-d-pedro-iv.html>. Acesso em: 03 out. 2021.

Observemos a imagem acima. Tomando-a como um acontecimento da ordem do imagético (também estético), temos possibilidades, talvez sem fim, de maneira subjetiva, de fazer “interpretações” diversas partindo de uma descrição daquilo que se “vê”. Tais possibilidades nos permitem dizer, em um primeiro momento, que há um homem usando uma vestimenta de uma época distante da nossa, usando um “chapéu”, carregando uma espada, montado em seu cavalo de pata erguida e cabeça abaixada, e que esse homem está entregando uma correspondência; ou, valendo-nos da mesma descrição, poderíamos dizer que esse homem é um escritor que está levando o manuscrito final de seu livro ao editor, e que o fato de carregar consigo uma espada seja para proteger uma obra que considera valiosa de ladrões que poderia encontrar pelo caminho. E, por tal ato, esse homem seja considerado um “herói” num certo lugar (cidade), onde foi erguido um monumento em sua memória.

Seguindo por uma direção como esta, estamos tocando num assunto delicado e caro para os problemas filosóficos e linguísticos, sendo deveras desafiador: a interpretação. Contudo, não podemos negar que as “pessoas” (os “leitores”), quando se deparam com uma imagem ou uma obra de arte – um quadro, uma escultura etc. –, buscam sempre abstrair algum significado daquilo que se está observando. As descrições feitas acima, por exemplo, são possibilidades do que podemos dizer sobre os elementos que constituem a



“estátua/imagem” individualmente ou sobre a soma do todo que significa.

Por mais que não se negue o fato de haver lugares da ciência Linguística a qual tomam esse modo decifratório/interpretativo como elemento norteador de boas análises, não é este o nosso lugar de interesse. Eco (2007) nos diz algo interessante sobre esse tipo de consideração:

A propósito dos modos como um texto verbal é capaz de fazer ver uma coisa, não se pode ignorar o problema da écfrase, entendida como descrição de uma obra visual, quadro ou escultura que seja. De hábito, estamos acostumados a discutir sobre a aceitabilidade do tipo oposto de *tradução intersemiótica*, ou seja, aquela em que se traduz de um texto escrito para um *texto visual* (de livro para filme, de livro para quadrinho etc.). Com a écfrase, ao contrário, *traduz-se um texto visual* num texto escrito (Eco, 2007, p. 245, grifo nosso).

Grifamos alguns termos e expressões visto que apresentam a necessidade de serem brevemente discutidos aqui. A écfrase mostrada por Eco (2007) é um modo de *tradução intersemiótica* que possibilita uma “interação” entre sistemas semióticos distintos, levando-nos numa certa concordância em relação àquilo que diz Benveniste (2014) sobre a língua ser o principal sistema interpretante dentre todos os sistemas semióticos. Contudo, não tomamos os acontecimentos estético/imagéticos como textos, mesmo podendo ser descritos pela língua. Um texto é considerado, por nós, uma unidade de significação que integra e é integrada



por enunciados (Guimarães, 2017). Já o enunciado é algo da ordem da língua que se dá num acontecimento de línguagem.

Temos, portanto, que uma “estátua” não é um texto, e que os elementos que compõem a obra não são seus enunciados. Por outro lado, não tomaremos aqui uma relação referencialista entre as palavras e as coisas¹⁶, na qual uma palavra refere/classifica algo no real. Podemos, porém, considerar os sentidos produzidos pela “estátua” selecionada iniciando nossas análises de maneira específica, observando o funcionamento semântico dos nomes da história¹⁷. Isto é possível porque a “estátua” apresentada tem um “nome” – nome este que está inscrito na história e funciona semanticamente ao enunciar, designando algo/algum no real. Por outro lado, em virtude do fato de o nome se inscrever na história, este significa em narrativas que contam não apenas sobre a nomeação, mas também sobre aquilo que a estatuária urbana pode significar.

Consideremos, agora, o nome Dom Pedro IV, que, pelo lugar teórico por nós assumido, se apresenta como uma formação nominal (FN)¹⁸, visto que esta

não designa nem o produto da constituição de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o produto de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma, mas a

16 Uma pequena alusão ao título da obra de Foucault (2000) *As palavras e as coisas*, mas sem, contudo, levar em conta o teor da obra.

17 Tomando lugar, novamente, numa pequena alusão ao título da obra de Rancière (2014) *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*.

18 Cf. Dias (2018).



unidade nominal considerada a partir do processo de constituição dos nomes, tendo em vista as três dimensões, do ponto de vista da enunciação. Com o conceito de FN, produzimos um foco no caráter dinâmico da nominalidade (Dias, 2018, p. 122).

Assim, a FN significa em virtude do funcionamento de dois aspectos decisivos:

- (i) é um acontecimento enunciativo que instala uma temporalidade específica e que agencia enunciativamente o falante em um lugar social do dizer constituído sócio-historicamente; e
- (ii) a relação de articulação entre os elementos, na contiguidade do enunciado, que constituem a formação nominal particulariza o funcionamento deste nome, mostrando que é um e não outro.

Ainda, conforme Dias (2018), a constituição da formação nominal

[...] é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência enunciativa do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento (Dias, 2018, p. 143).

Desta forma, podemos dizer, tal como Guimarães (2002, p. 9), que “a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome [...]. Assim, temos que a



formação nominal Dom Pedro IV apresenta uma relação pela qual o nome Pedro se apõe a Dom e a IV, ou seja, há um Pedro que é um Dom (um monarca, um príncipe, um nobre, a monarquia) e esse Pedro, que é um Dom, é o de número IV, ou seja, é o quarto na linha de sucessão.

De tal maneira, o termo Dom, articulado por coordenação a Pedro, significa este Pedro como parte da Monarquia Portuguesa, como Príncipe, a princípio, e mais tarde como Rei de Portugal. Portanto, o termo Dom, na formação nominal, faz com que este acontecimento recorte como memorável uma história enunciativa pela qual príncipes e membros da monarquia portuguesa. E têm seu lugar social do real significado por este pronome de tratamento que se articula ao nome e faz com que ele assuma uma posição de nobreza e não outra.

O numeral romano IV, se articula à formação Dom Pedro faz com que, na temporalidade instalada no e pelo acontecimento desse recorte, como memorável de enunciações outras, dizem sobre uma linha sucessória comum às monarquias europeias e ao papado, como, por exemplo, Luís XIV (sécs. XVII e XVIII) e Luís XV (séc. XVIII), na França, ou Papa João Paulo I e o Papa João Paulo II. Assim, o numeral depois do nome é uma variável que mostra uma retomada do nome da pessoa; contudo, há também uma diferença em relação ao sujeito nomeado, e significa em virtude de o acontecimento de nomeação se dar em outro tempo, em outro espaço de convivibilidade dos tempos, e abrir outra futuridade. Tem-se, assim, como



memoráveis, nomeações como Pedro I (1357-1367), D. Pedro II (1683-1706) e Pedro III, rei consorte, (1777-1786).

Visto que sentidos são produzidos no processo de nomeação, ou seja, no acontecimento de nomeação, devemos notar que sentidos outros são produzidos no funcionamento do nome em acontecimentos enunciativos que narram a história. Desta maneira, ao enunciar Dom Pedro IV, a formação nominal recorta como memoráveis enunciados que dizem sobre um Príncipe e quarto filho do rei João VI de Portugal, sendo, dessa maneira, membro da Casa de Bragança. Contudo, o nome Dom Pedro IV, ao funcionar nomeando não a pessoa, mas sim uma estátua integrante da estatuária urbana específica de Portugal, e aqui, da cidade do Porto, recorta como memoráveis específicos neste acontecimento enunciados que contam a história da libertação de Portugal do reinado de seu irmão D. Miguel, fazendo com que sua filha D. Maria subisse ao trono português como Rainha. Logo, o nome que designa a estátua traz, no presente do seu acontecimento, sentidos de enunciação que dizem sobre as “Guerras Liberais; Guerra Miguelista; ou Guerra dos Dois Irmãos”. Seguimos, agora, para a descrição da estátua.

A estátua de Dom Pedro IV situada na praça da Liberdade, cuja imagem foi extraída do site da Brito e Cunha, foi levantada na cidade do Porto (Portugal). O Monumento é constituído por uma estátua equestre de autoria do escultor Célestin Anatole Calmels, curiosamente nascido em França, país onde eclodiu a grande Revolução liberal. A primeira pedra foi colocada



em 9 de julho de 1862, e a inauguração decorreu em 19 de outubro de 1866. O monumento, constituído por uma estátua de bronze, representa D. Pedro IV trajado a rigor com sua farda do batalhão de Caçadores 5, segurando, na mão direita, a Carta Constitucional de 1826 e, na esquerda, as rédeas do cavalo. No pedestal, são representadas duas cenas da vida do homenageado, em dois baixos-relevos – que atualmente se tratam de réplicas devido ao furto dos originais, de mármore, ocorrido em 2007 –, um representando o desembarque na praia do Mindelo e outro mostrando a entrega do coração de D. Pedro ao Porto, hoje depositado em urna na igreja da Lapa (bairro da cidade).

Como enunciados, em linguagem verbal, em duas placas de bronze à direita e à esquerda da base do monumento, estão os nomes dos doze “Mártires da Liberdade” que naquele lugar foram enforcados por ordem da Alçada estabelecida pelo governo miguelista, e, na frente da estátua, um brasão de Armas com o enunciado “A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866”.

Partindo do exposto acima, devemos considerar a impossibilidade de se negar, de maneira absoluta e estanque, que o imagético possa significar. Temos a descrição da obra (estátua); temos o nome e os sentidos produzidos no presente de seu acontecimento enunciativo; e temos a história que este nome, ao funcionar na linguagem, recorta como memorável. Há, portanto, a possibilidade de observar a produção do significado pelo qual o verbal atravessa o imagético e nos traz aos olhos a imagem de Dom Pedro IV segurando a Carta

Constitucional com a mão direita estendida de cima para baixo, como um gesto de “entrega” – deixando a Constituição a um país “livre”, o qual ele ajudou a libertar do absolutismo do seu irmão, D. Miguel, e entregou à sua filha, D. Maria, mantendo a dinastia (uma linha direta de sucessão), como consta no próprio texto constitucional, em seu Art. 5º do Título I:

Art. 5º - Continua a Dinastia Reinante da Sereníssima Casa de Bragança na Pessoa da SENHORA PRINCESA DONA MARIA DA GLÓRIA, pela Abdicação, e Cessão de Seu Augusto Pai o SENHOR DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, Legítimo Herdeiro e Sucessor do Senhor Dom João VI¹⁹.

Não por acaso, a estátua está situada na praça nomeada Praça da Liberdade (Porto). Portanto, este gesto – a “nomeação” – tem significado específico no referencial histórico recortado por todo o acontecimento que diz a obra, a entrega da Carta maior do império português ao povo português e principalmente à “recém-nomeada” Rainha de Portugal, D. Maria da Glória.

Partindo disso, tomaremos a seguir as relações que nos permitem observar a configuração da cena enunciativa nas e pelas divisões existentes nos recortes da imagem da estátua via aquilo que já foi descrito (narrado) enunciativamente.

Inicialmente, observemos a descrição da cena enunciativa da figura (1) e as divisões no recorte da imagem

19 Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

para melhor entendermos a cena enunciativa na sua relação com a enunciação. Tomaremos o seguinte enunciado:

- **A relação dos símbolos na estátua e do enunciado
“A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866”**

Retomemos o que se entende por cena enunciativa. De acordo com Guimarães (2002, p. 23), “uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dados as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Assim, a cena enunciativa é uma configuração pela qual os falantes enunciam enquanto tomados por modos específicos da dinâmica do “jogo” dos lugares de dizer.

A cena enunciativa é configurada num acontecimento que se dá em um espaço de enunciação de língua portuguesa de Portugal, no qual o falante é tomado por um modo específico do funcionamento da língua, e o lugar do dizer é do Locutor (L); o “lugar social do dizer” alocutor (al-x); e o “lugar de dizer” (enunciador). No agenciamento desta cena, o Locutor (L) representa fonte do dizer; porém, está afetado pelos lugares sociais a qual lhe permitem dizer, os quais são agenciados pelo alocutor-Estado. Nesta cena, toma-se como perspectiva um enunciador-universal representa o dizer que caracteriza como válido para todos, uma verdade universal, e significa no espaço de enunciação da língua portuguesa de Portugal representado pelo dizer do Estado. A estátua equestre foi levantada em



homenagem à resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro IV, deram a vitória da causa liberal em Portugal.

Desta forma, o imagético – aquilo que vemos – se articula com os enunciados presentes na estátua, dando uma solidez semântica ao acontecimento e vice-versa, sustentado pelo memorável a faz significar, ou seja, o memorável constituído pelas narrativas, dizem sobre as conquistas de D. Pedro IV em Portugal.

Na perspectiva da teoria da semântica do acontecimento, “a enunciação deve se dar num espaço no que seja possível considerar a constituição histórica do sentido” (Guimarães, 2005, p. 08). Dessa maneira, pode-se dizer, a imagem deve ser considerada a partir da sua historicidade, sendo verificada a partir de uma temporalidade a faz significar e produzir novos sentidos. Portanto, o imagético significa a partir de rememorações de enunciados outros, com suas histórias já contadas/enunciadas, já visualizadas, se reavivem estabelecendo num novo acontecimento, ou seja, na relação pela qual o verbal “atravessa”, recorta o imagético, articulando a língua com a estátua; relação na qual a língua reescreve a estátua, significando-a pela enunciação.

Essas relações entre a escultura e o enunciado – “**A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866**” – instalam uma relação de articulação por incidência. Segundo Guimarães (2018), essa articulação é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do

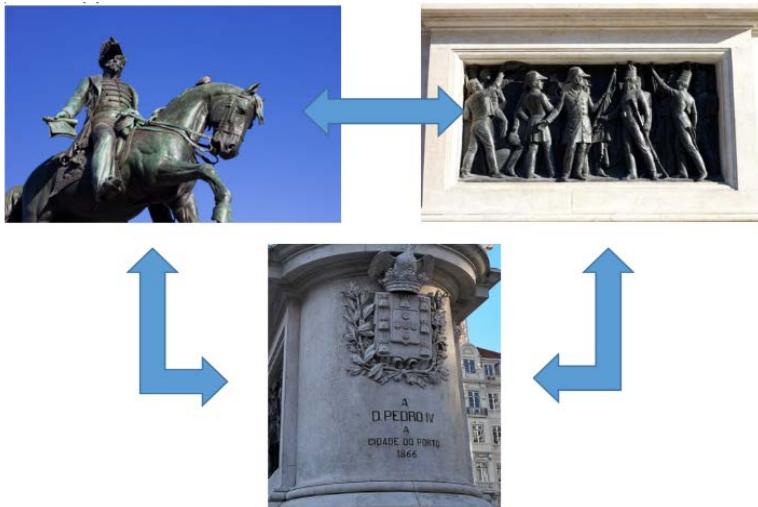


segundo tipo. Isto produz sentidos que circulam no e pelo imaginário social em direções de eternidade ou do heroísmo, ou seja, articula o imagético e o verbal no intuito de apresentar um acontecimento memorável. A Invicta (Porto) foi predestinada ao pensamento e ao heroísmo, e isso se observa com a estátua erigida à memória de D. Pedro IV, em agradecimento da cidade do Porto e de todo Portugal liberal pelo sofrimento, heroísmo, sangue e morte do rei e seus aliados.

No presente do acontecimento, é possível observar a relação do verbal com o imagético, constitutivos da obra como um todo, o que consideramos, já que o acontecimento (enunciativo) e o evento (estético/imagético) se relacionam no e pelo atravessamento do verbal sobre o imagético. Ainda, por sobreposição, um sustenta o outro, formando, assim, uma relação scriptovisual que constitui a unidade de significação do todo. No recorte abaixo, é possível observar as relações que constituem o scriptovisual e a configuração no presente do acontecimento enunciativo.

Passemos agora para as análises da Figura 1, Recorte (a).

Recorte (a)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Verifica-se no **Recorte (a)** no mínimo três eventos imagéticos e um enunciado:

- Um cavaleiro em seu cavalo com a carta constitucional na mão direita posicionada para baixo, como se dissesse: entrego a vocês, ao povo;
- O desembarque na praia do Mindelo, onde D. Pedro IV entrega a bandeira a Tomás de Melo Breyner;
- O brasão de armas Português; e
- O enunciado “A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866”.

É possível, aqui, “dizer” que a estátua “é” porque algo já foi dito, ou seja, há um lugar na história que nos permite enunciar o que enunciámos. Ainda, se por um lado, a estátua

“representa” um momento da história, eternizando-o para a posteridade, por outro, não tomamos a representação e nem mesmo a eternização como lugar de produção dos sentidos. Ao se inscrever na história, a obra, enquanto narrada e exposta ao real da língua e da linguagem, não representa, mas constitui o novo pela temporalidade que diferencia a ordem do próprio acontecimento.

Portanto, o evento nos remete a atos de heroísmo e patriotismo, que, por sua vez, recortam como memoráveis a luta e o sacrifício pela liberdade. Seguindo, podemos entender que os símbolos estão funcionando por uma articulação de dependência, já que existe uma relação estabelecida entre eles pelo enunciado “A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866”, visto que separados não produziriam no acontecimento o mesmo sentido de liberdade determinado pela resistência e vitória da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro IV. O imagético vincula sobre o texto grafado, constituindo uma unidade desse grupo nominal (GN) “A D. Pedro IV/A cidade do Porto/1866”, que se relaciona com os símbolos funcionando como um todo na obra – uma relação script-visual. Esse sintagma nominal que Guimarães (2009) chamou de “um grupo nominal (GN)” sustenta o imagético, reescrevendo-o por substituição. Temos nesse GN uma articulação de dependência, já que ela “se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (Guimarães, 2009, p. 51).

[...] a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por



uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala (Guimarães, 2009, p. 51).

Assim, todos os elementos contíguos a esse enunciado se organizam por uma relação – constituindo, nesse conjunto, um só elemento: “entrega da bandeira, figura de D. Pedro IV e Carta Constitucional” – que aparece em forma de imagem e é atribuída a “A D. Pedro IV A cidade do Porto/1866”.

Na articulação apresentada, percebemos que o funcionamento de linguagem presente significa o sentido de liberdade através da estátua equestre de D. Pedro IV e leva o at-x ao reconhecer os atos heroicos de D. Pedro IV e de suas tropas, na cidade do Porto. E no enquadramento histórico das Revoluções Liberais, mostrando a importância do liberalismo, da sua implantação, da Carta Constitucional e do Cerco do Porto para a memória coletiva ou social, através da identificação do nome da praça onde a estátua de D. Pedro IV está erguida.

Em 1820, esta foi Praça da Constituição, em 1833, Praça de D. Pedro e, atualmente, Praça da Liberdade. Essas suas renomeações recortam o memorável de liberdade, marcado pela temporalidade das renomeações que não são só nomes no presente do acontecimento – a enunciação marca uma temporalidade que se traduz num elemento totalmente decisivo para a produção dos sentidos desse acontecimento. Para confirmar o que dissemos neste parágrafo, valemo-nos do procedimento de análise redes enunciativas, desenvolvido por Dias (2018), que é:



Um procedimento para observar a enunciação, [...] as quais podem fornecer visibilidade na produção de um enunciado. Trata-se de um procedimento para desenvolvemos o conhecimento do funcionamento da língua na produção do sentido (Dias, 2018, p. 31).

Assim, apresentar as formações nominais (FNs) da praça é considerar que sua significação

é realizada na relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas. Essas são especificamente as condições que fundam a articulação entre os termos nas FNs, isto é, que fundam os diferentes procedimentos de agregação no âmbito de uma formação nominal (Dias, 2018, p. 143).

Desta forma, temos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Rede enunciativa renomeação da praça

Eixo Enunciativo	Pertinência Enunciativa	Referenciais
Renomeação da praça	Praça...	lugar público e amplo geralmente rodeado de edifícios e onde desembocam várias ruas ²⁰
Renomeação da praça	da Constituição	memória coletiva do que permitiu a tentativa da liberdade
Renomeação da praça	de D. Pedro	memória coletiva de quem implementou novamente a liberdade
Renomeação da praça	da Liberdade	memória coletiva do objetivo adquirido: liberdade

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

20 PRAÇA. In: DICIONÁRIO Infopédia da língua portuguesa. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/língua-portuguesa/pr%C3%A7a>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Como se observa na rede enunciativa, temos um lugar público e amplo que, em suas formações nominais, teve/tem como referência a Liberdade. Ou seja, o acontecimento dessas nomeações recorta como memoráveis narrativas do direito à liberdade.

As (três) renomeações da praça remetem à memória do liberalismo a funcionar nos espaços públicos. O liberalismo, por sua vez, é um referente na história da cidade do Porto, já que foi instaurado em Portugal a partir desta cidade, o que ressignificou a história da localidade, bem como a do país. O Porto liberal surge com o início do planejamento para a mudança de políticas que não mais serviam ao povo português, como, por exemplo, a criação do Sinédrio – uma associação secreta com as ideias e ideais de personagens marcantes da história portuguesa, impulsionados por Manuel Fernandes Tomás e Ferreira Borges –, em 22 de janeiro de 1818, que originou a primeira Revolução Liberal – primeira porque uma outra já tinha sido tentada em Lisboa, sob o comando do General Gomes Freire de Andrade, quando parte do povo pedia o fim da interferência inglesa no país via a instauração de uma Monarquia Constitucional, mas foi derrotada pelo governo regente.

A monarquia absoluta imposta por D. Miguel fez com que, em 16 de maio de 1828, a cidade do Porto fosse palco de mais um levante, desta vez contra os miguelistas, acarretando a condenação, no ano seguinte, de doze homens à pena de morte. O motivo? A dedicação à causa da liberdade. Em 1832, D. Pedro IV entrou na cidade comandando seus soldados, a



que se seguiu o Cerco do Porto, após o levantamento do estado de sítio. O Porto e o país assistiram à abolição do absolutismo monárquico, à entrega da Constituição, percebida através do imagético da figura de Dom Pedro IV em seu lugar (alto da estátua) representando um líder a entregar (para baixo) ao povo a constituição, mostrando, com isso, uma estruturação política, ou seja, lugares de dizer diferentes, em que é o líder, através desse ato, quem pode e declara a implantação dos ideais políticos Liberais.

Podemos, assim, verificar que o sentido de uma palavra não se forma de imediato, mas vai se produzindo a partir da forma como se relaciona com as outras e com seus falantes. Os sentidos do dizer se constituem historicamente. Ao estudarmos uma palavra, não podemos isolá-la semanticamente, mas sim entender qual a forma de seus sentidos, como podem ser outros e como ela se ressignifica através da forma como se estabelece nas relações enunciativas.

Passemos, agora, para o conjunto artístico/arquitetônico de um outro D. Pedro, que não é mais o IV e, como veremos, carrega sentidos outros.

Vejamos, na sequência, a Figura 2.

3.3 DOM PEDRO I

Figura 2 – Dom Pedro I, Brasil



Fonte: Diário do Rio²¹.

Erigida no centro da cidade do Rio de Janeiro, a mais antiga estátua da cidade homenageia Dom Pedro I e está situada na Praça Tiradentes.

O monumento tem 15,7m de altura, 3,30m da base de cantaria, 6,40m da coluna onde estão os conjuntos alegóricos e mais 6m da estátua equestre, apresentando em destaque a figura de D. Pedro I uniformizado de general e com o braço

21 Disponível em: <https://diariodorio.com/histria-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

direito erguido e apresentando a carta constitucional de 1824, da Proclamação da Independência do Brasil.

Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)²², a estátua, esculpida pelo francês Louis Rochet (1813-1878), descreve um imagético de Dom Pedro I a proclamar a Independência do Brasil com o Manifesto às Nações na mão. Inscritas no gradil estão as principais datas da vida do homenageado: 12 de outubro de 1798 (nascimento), 6 de novembro de 1817 (casamento com dona Leopoldina), 9 de janeiro de 1822 (Dia do Fico), 13 de maio de 1822 (data em que se tornou Defensor Perpétuo do Brasil), 12 de outubro de 1822 (aclamação como imperador do Brasil), 1 de dezembro de 1822 (coroação), 25 de março de 1824 (ratificação da primeira Constituição brasileira) e 17 de outubro de 1829 (casamento com dona Amélia).

No pedestal, abaixo da representação de D. Pedro I e das principais faces da obra arquitetônica, verifica-se a representação aborígene (simbolizando os rios São Francisco, Madeira, Amazonas e Paraná), da fauna e da flora, confirmando, assim, que se trata do Brasil. Vemos, ainda, os brasões das vinte províncias imperiais e, num enunciado, lemos “a Dom Pedro Primeiro/gratidão dos brasileiros”.

A história do monumento se inicia em 1854, 30 anos após a independência brasileira, via pedido de sessão extraordinária

22 Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-monumento-a-dom-pedro-i/#!/map=38329&loc=-22.90695400000017,-43.182824,17>. Acesso em: 03 out. 2021.

pela Câmara Municipal, que apresenta a proposta do Dr. Haddock Lobo²³: eternizar a memória do primeiro Imperador do Brasil e a Constituição de 25 de março 1824. O espaço escolhido? A então Praça da Constituição (atual Tiradentes), local onde D. Pedro I jurou a Constituição Política do Império. Cabe dizer que a aprovação do projeto foi dada por D. Pedro II (filho do homenageado), abrindo espaço à incerteza de quem determinou a homenagem – D. Pedro II, filho do Pedro I, ou ambos?

“Independência ou Morte” foi o nome dado ao monumento idealizado por Maximiano Mafra com a participação de Louis Rochet, um francês autor de outro projeto finalista que mais tarde seria alvo de polêmica dos nacionalistas, os quais defendiam uma obra 100% brasileira.

Em 1859 iniciaram os trabalhos; no primeiro dia de 1862, foi “lançada” a primeira pedra, e a inauguração, com toda a pompa que o evento pediu, deu-se no dia 30 de março de 1862.

Novas questões surgiram paralelamente à chegada do século XIX. Os republicanos se sentiam afrontados com todo o simbólico da monarquia que o imagético mostrava, tais como: o nascimento do Imperador, os casamentos, o dia do fico, o brasão imperial etc. Fato é que existiu, inclusive, uma tentativa frustrada derrubada do monumento, que, ao não se

23 Disponível em: https://members.tripod.com/~Historia_Demografica/bhds/bhd50/thrj.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

concretizar, fomentou outro acontecimento, este da ordem da língua.

A até então Praça da Constituição foi renomeada Praça Tiradentes; assim, se até esse momento tínhamos o nome Praça da Constituição e o imagético de D. Pedro I, que funcionavam no mesmo espaço e que se sustentavam por recortarem o memorável da monarquia no Brasil, agora temos o nome Praça Tiradentes e o imagético D. Pedro I, ou seja, por um lado, Tiradentes²⁴ recorta o memorável positivista da república e seus apoiadores, por outro, D. Pedro I continua a recortar o memorável da monarquia.

O embate é de tal forma tão importante que se um simples transeunte, desconhecedor da história, não se valer do enunciado e de parte da obra – o enunciado “a Dom Pedro Primeiro/gratidão dos brasileiros” –, facilmente substitui o imagético de D. Pedro I pelo imagético do inconfidente mineiro Tiradentes.

24 Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/tiradentes-biografia.htm>. Acesso em: 03 out. 2021.

Recorte (2a)



Fonte: Diário do Rio²⁵.

3.4 DUAS ESTÁTUAS, DOIS REIS, DUAS CONSTITUIÇÕES

É possível, agora, observar uma relação instalada entre as duas estátuas, a de Portugal e a do Brasil. Tal possibilidade é viável justamente pelo fato de D. Pedro IV de Portugal e D. Pedro I do Brasil serem formações nominais que designam o

25 Disponível em: <https://diariodorio.com/histria-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

mesmo ser no mundo, identificando-o como um em um espaço e outro noutro espaço, significando-o de modos distintos. Ainda assim, a principal diferença não se encontra na designação em si, mas na história dos movimentos das estátuas.

Dessa forma, na estátua de D Pedro IV, o Rei entrega, após vencida a Revolução miguelista, a Carta Constitucional de Portugal ao povo português – gesto do qual falamos anteriormente –, como se estivesse apresentando um país libertado do julgamento de seu irmão Miguel e defendendo o reinado de sua filha. O gesto como tal recorta uma história, um memorável de narrações sobre as batalhas e a “reconquista” de Portugal por Pedro IV à sua filha emancipada na constituição.

Por outro lado, ao analisar a estátua de D. Pedro I do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, podemos verificar que o “Imperador” ergue a Carta Constitucional não num gesto de entrega, mas num gesto de quem “mostra” ao povo a Constituição, ainda que esse “povo” seja apresentado (na obra) somente pela figura do nativo, o que, de alguma forma, permite dizer pela relação scriptovisual:

- a. No Brasil só existem nativos que são o povo brasileiro
- b. No Brasil, os nativos, num lugar de submissão (abaixo da representação de D. Pedro I), foram uma das conquistas do imperador, tal como a Carta Constitucional, para o “povo” brasileiro.



E isto recorta uma história específica de um Brasil independente, mas que permite verificar os sentidos que constituem a palavra “povo”.

Recorte (2b)



Fonte: Diário do Rio²⁶.

26 Disponível em: <https://diariodorio.com/histria-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Recorte (2c)



Fonte: Diário do Rio²⁷.

Um ano antes, em 1823, houve a primeira tentativa de produção de uma constituição para o império brasileiro. Essa constituição ficou conhecida como a “Constituição da Mandioca”, na qual, de acordo com a primeira Assembleia Geral Constituinte do país, recém-independente, teriam direito ao voto apenas aqueles que tivessem uma renda anual comparada a 150 alqueires de farinha de mandioca. Ou seja, forjou-se, naquele momento, uma carta constitucional aristocrática, elitista, que excluía os mais pobres. Não obstante, a Assembleia Constituinte convocada pelo próprio Imperador

27 Disponível em: <https://diariodorio.com/histria-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

produziu um documento que limitava seus poderes, fato que não o agradou, fazendo com que D. Pedro I, na noite de 12 de novembro de 1823, ordenasse seu exército a cercar e invadir a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro com o intuito de dissolvê-la. Ressalte-se que houve resistência. Muitos deputados foram presos, deportados ou mortos no acontecimento da história nacional brasileira conhecido como “Noite da Agonia”.

Assim, o gesto da estátua no Brasil difere do gesto da estátua em Portugal. Se lá observamos D. Pedro IV a “entregar” ao país a Constituição, no Brasil, pelo contrário, o gesto é de “apresentação/imposição” de uma nova Carta aprovada pela aceitação imperial de D. Pedro I, que, em seu cavalo, ergue a carta constitucional com sua mão direita e mostra a primeira Constituição do Brasil, apagando aquela que teria sido, em verdade, a primeira, mas que entrava em conflito com o Imperador pela limitação do seu poder.

3.5 CARAMURU

Trazer para este trabalho a estátua de Caramuru representa dois motivos pertinentes para nós. O primeiro visa a enfatizar o conflito entre línguas no funcionamento do espaço de enunciação. O segundo, por sua vez, apresenta outro lugar (espaço), um lugar que recorta outros memoráveis.

Verifique-se que, ao contrário do que fizemos com o monumento a D. Pedro, não trazemos um monumento brasileiro, mas focamos na obra erguida em Viana do Castelo – Portugal.

Figura 3 – Caramuru



Fonte: Steemit.com²⁸.

A Figura 3 apresenta a estátua a Caramuru, edificada na cidade de Viana do Castelo. Esta imagem se configura no espaço Português, e foi inaugurada em dezembro de 2008 pelo ex-autarca Defensor Moura, antecessor do atual presidente da Câmara, José Maria Costa, na altura de vereador socialista. O

28 STEEMIT. Disponível em: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru>. Acesso em: 03 out. 2021.

monumento foi assentado na Praça da República, marco zero da cidade. Atualmente, encontra-se no cais perto dos estaleiros navais. Com 5m de altura e 3m de largura, reconhecemos Caramuru e sua companheira ameríndia. A instalação da obra aconteceu no âmbito das comemorações dos 750 anos do foral de Viana do Castelo.

Inicialmente, focaremos na descrição da cena enunciativa do texto, que se articula com a Figura 3. Utilizaremos, ainda, o recorte feito na imagem para melhor entender a cena enunciativa na sua relação com a enunciação:

Recorte (3a)



Fonte: Steemit.com²⁹.

29 STEEMIT. Disponível em: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru>. Acesso em: 03 out. 2021.

Na Figura 3, a escultura, encomendada pela Câmara de Viana ao mestre José Rodrigues, foi destinada a homenagear Caramuru, navegador natural de Viana do Castelo que naufragou no Brasil em 1508. Durante os dez anos em que esteve na praça Central de Viana do Castelo, foi alvo de muita polêmica – não pelo projeto arquitetônico, mas sim pelo nu de Caramuru e de Catarina Paraguaçu. O texto realça esses dois grandes nomes recorrentes da historiografia, da literatura e do imaginário dos brasileiros, que estão sendo ressignificados em Portugal depois de tantos séculos.

Como nas demais construções imagéticas aqui trabalhadas, a cena enunciativa da Figura 3 está caracterizada por ter um al-x escultor se constitui por uma enunciação autoriza a realização da obra e enuncia de um lugar constituído pelo alocutor al-estado na perspectiva enunciativa de enunciador-universal e que, no caso da Figura 3, enuncia para o at-povo português.

Uma questão a se considerar é o político da língua, pelos nomes Diogo Álvares “Caramuru” e “Paraguaçu” – Catarina Álvares Paraguaçu, este dado pelo batismo realizado em 30 de julho de 1528 em Saint-Malo, na França.

Observamos que, no funcionamento da linguagem, identificamos através do verbal, e o imagético, Caramuru e Catarina Paraguaçu, instaura-se neste acontecimento, uma contradição mostrando o político presente no funcionamento

da linguagem que iremos entender melhor com o desenrolar das análises.

Diogo Álvares Correia, natural de Viana do Castelo, Portugal, o Caramuru, foi um dos primeiros habitantes caucasianos do Brasil, chegado, provavelmente, como naufrago no início da colonização portuguesa. Residiu na Bahia durante muitos anos, parte dos quais sem contato, ou com contato esporádico, com os portugueses. É possível que nessa época tenha se relacionado com corsários franceses que rondavam as costas brasileiras.

Fato é que o nome “Caramuru”, resumindo os dizeres de um jornal vianense³⁰, ganha protagonismo através do texto literário de Frei José de Santa Rita Durão, o qual nos relata a epopeia deste navegador português. O autor relata que, no final da sua travessia marítima, perto da costa, uma grande tempestade se desencadeou e o seu barco afundou. Diogo Álvares e mais alguns marinheiros se atiraram à água para se salvar, escapando apenas ele e mais seis. Logo ocorrem os índios à praia, curiosos para ver os portugueses onde se depararem com um, já morto, consequência de um ferimento na cabeça, e por serem canibais, sem demora o esquartejaram e devoraram, fazendo dos demais prisioneiros em uma gruta. Segundo Santa Rita Durão (1781), em Poema Épico CARAMURU:

30 Disponível em: <https://www.auroradolima.com/opiniao/o-grande-caramuru/>. Acesso em: 03 out. 2021.

Correm depois de crê-lo ao pasto horrendo;
E retalhando o corpo em mil pedaços,
Vai cada um famélico trazendo,
Qual um pé, qual a mão, qual outro os braços:
Outros da crua carne iam comendo;
Tanto na infame gula eram devassos:
Tais há, que as assam nos ardentes fossos,
Alguns torrando estão na chama os ossos.

(I, 18)

Certo dia, surge uma tribo rival, comandada por Sergipe, que os levou para o sertão baiano, onde acabaram por morrer todos os companheiros de Diogo. Perante aquele prenúncio de morte, nosso ilustre vianense vestiu o que tinha resgatado dos despojos do naufrágio: escudo, cota, malha, capacete, espada, pólvora, espingardas e balas. Vestido e armado, assusta os nativos comandados por Gupeva.

Passa o tempo, o líder tribal e Diogo se tornam amigos e este convence os seguidores de Gupeva a abandonar o canibalismo. Durante uma caçada, Diogo dispara a sua espingarda; contudo, além da ave atingida, Gupeva também cai, e todos em uníssono gritam: Caramuru! Caramuru!

Estando a turba longe de cuidá-lo,
Fica o bárbaro ao golpe estremecido,
E cai por terra no tremendo abalo
Da chama, do fracasso, e do estampido:
Qual do horrível trovão com raio, e estalo
Algum junto a quem cai, fica aturdido:
Tal Gupeva ficou, crendo formada
No arcabuz de Diogo uma trovoada.

(I, 54)



Toda em terra prostrada exclama, e grita
A turba rude em mísero desmaio,
E faz o horror, que estúpida repita
Tupá, Caramuru, temendo um raio.
Pretendem ter por Deus, quando o permita,
O que estão vendo em pavoroso ensaio,
Entre horríveis trovões do márcio jogo,
Vomitar chamas, e abrasar com fogo.

(I, 55)

Desde esse dia é fama, que por nome
Do grão-Caramuru foi celebrado
O forte Diogo; e que escutado dome
Este apelido o Bárbaro espantado:
Indicava o Brasil no sobrenome,
Que era um dragão dos mares vomitado:
Nem doutra arte entre nós a antiga idade
Tem Jove, Apolo, e Marte por Deidade.

(I, 56)

Tomemos, por ora, o enunciado (que vimos acima e aqui transcrevemos) grafado na placa que identifica a Estátua do Caramuru.

Diogo Álvares Correia – CARAMURU

Heróico navegador vianense, sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509, que, ganhando a confiança das tribos índias do nordeste do Brasil foi fundamental na instalação das primeiras capitâncias portuguesas. Da sua união com a bela índia PARAGUAÇU deixou numerosa prole, semente da sociedade multirracial que caracteriza a nação brasileira.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
31 DE DEZEMBRO DE 2008.



É possível observar, aqui, uma relação de articulação por dependência entre Diogo Álvares Correia e Caramuru. Contudo, há uma reescrituração nesta articulação em que Caramuru reescreve por substituição Diogo Álvares Correia, especificando-o como o Caramuru.

Caramuru é, por sua vez, reescriturado por expansão pelo texto que diz o nome da estátua. Caramuru é, assim, reescriturado por expansão na enumeração por: Heróico navegador vianense/sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509/fundamental na instalação das primeiras capitaniais portuguesas. Estes enunciados determinam os sentidos de Caramuru numa relação de articulação por coordenação, especificando Caramuru/Diogo Álvares Correia.

Assim, nessas relações constitutivas do sentido de Caramuru, observa-se o funcionamento de elementos de língua indígena tupi no espaço de enunciação do português de Portugal que atesta, por um lado, a diversidade do espaço de enunciação do português brasileiro e a movimentação do espaço de enunciação nessas relações globais/imperiais entre metrópole e colônia e, por outro, o litígio na distribuição de línguas e falantes no próprio espaço de enunciação do português de Portugal, em que entram elementos de língua indígena no léxico do português metropolitano.

Verifica-se, de igual forma, no acontecimento acima, que existe uma relação de disputa entre palavras e línguas. Quais sentidos são produzidos pelo acontecimento de renomeação?



Os nativos sul-americanos chamaram Diogo Álvares Correia, que se casou com a índia Paraguaçu, de Caramuru. Neste acontecimento de enunciação, temos funcionando o político da linguagem, o que, segundo Guimarães (2003), é

a relação entre a língua e o falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica. Por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês etc. Ou ainda, no Paraguai se falam o Espanhol e o Guarani. Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político (Guimarães, 2003, p. 22).

Para Guimarães (2007), o espaço de enunciação é “decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política” em que o falar é tomar a palavra num espaço dividido de falantes e línguas. Assim, o espaço de enunciação configurado nesse acontecimento está marcado por essa disputa de falantes e línguas. Observa-se que, ao funcionarem os nomes Caramuru e Paraguaçu no acontecimento que diz na estátua no espaço de enunciação do português de Portugal, há a instalação de uma disputa pela qual a língua tupi funciona nesse espaço, significando dois personagens da história.

É interessante observar o que este acontecimento traz para nossas considerações. Em primeiro lugar, o movimento da configuração do espaço de enunciação do português de Portugal no qual funciona a língua indígena tupi; em segundo lugar, este acontecimento atesta por si a diversidade das línguas no espaço de enunciação do português brasileiro. Ou



seja, no Brasil, Caramuru significa essa diversidade e essa disputa entre línguas indígenas e o português; por sua vez, em Portugal, os nomes Caramuru e Paraguaçu significam por uma história enunciativa particular do funcionamento desses nomes.

Verificamos neste acontecimento um nome, Diogo Álvares Correia, cuja designação e referência precisamos diferenciar e especificar para melhor entendimento. Para a Semântica do Acontecimento, designação é aquilo que o nome significa no acontecimento. Conforme Guimarães (2002, 2007), é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, assim dizendo, enquanto uma relação linguística tomada na história. A designação é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo. A referência, segundo Guimarães (2002, p. 9), é compreendida como a “particularização de algo, em certas condições”, enquanto a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. O autor expõe:

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem uma expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado (Guimarães, 2002, p. 42).



Deste modo, neste presente acontecimento, verificamos que a unidade de análise é o acontecimento enunciativo em que o nome Caramuru tem sua designação na língua indígena.

Ao enunciar Caramuru, constroem-se possibilidades de enunciações futuras, que significam Caramuru pelo funcionamento enunciativo da cena enunciativa, em que o at-escultor, afetado pelo dizer do al-estado (Viana do Castelo), passa a significar em Portugal o “heroico navegador vianense, sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509, que, ganhando a confiança das tribos índias do nordeste do Brasil foi fundamental na instalação das primeiras capitâncias portuguesas”. Assim, vemos que o funcionamento da linguagem promove o sentido de Caramuru através da inauguração da estátua para al-sociedade vianense com o propósito de difundir os feitos do grande homenageado português pelo al-estado. Dizemos, então, que existe uma operação de predicação e, no caso, temos a seguinte paráfrase:

- Caramuru é um heroico navegador vianense, sobrevivente do naufrágio na Baía em 1509, que, ganhando a confiança das tribos nativas do nordeste do Brasil, se tornou fundamental para a instalação das primeiras capitâncias portuguesas.

Desta forma, o evento “edificação da obra em Viana do Castelo”, no presente do acontecimento, abre, pela sua temporalidade, a latência de futuridade, uma possibilidade de novas enunciações de sentidos a Caramuru. Vale ressaltar

que a designação Caramuru foi utilizada pela primeira vez depois de Diogo Álvares ter sido renomeado pelos nativos, e quem a enunciou foi o padre Gabriel Soares de Souza, em um Frontispício da edição de 1831 do Tratado Descritivo do Brasil ou Notícia do Brasil de 1587. Este é o mais antigo relato conhecido de menção a Caramuru; depois, surge em um enredo cujo protagonista é o donatário³¹ inaugural da Bahia, de Francisco Pereira Coutinho e, em 1663, publica-se, em Lisboa, a Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, do padre jesuíta Simão de Vasconcellos, *Breve história notável do celebrado Diogo Álvares*.

Por fim, e talvez a de maior relevância, foi a publicação do final do século XVIII, na qual Caramuru ganhou estatuto e popularidade pela pena de José de Santa Rita Durão (conforme mencionado anteriormente), brasileiro educado e residente em Portugal. Dele nasce o longo poema épico (Lisboa, 1781) *Caramuru*, cujos trechos apresentamos neste trabalho, que, à época, mereceu por parte da crítica pouca acolhida, vindo seu sucesso a se construir ao longo do tempo, conquistando público e admiradores.

31 Designação da pessoa que, durante a colonização do Brasil, aceitava um campo ou um terreno para habitar, cultivar e gerenciar. Disponível em: <https://www.lexico.pt/donatario/>. Acesso em: 03 out. 2021.

No arcabuz de Diogo uma trovoada.
(I, 54)

Toda em terra prostrada exclama, e grita
A turba rude em mísero desmaio,
E faz o horror, que estúpida repita
Tupá, Caramuru, temendo um raio.
Pretendem ter por Deus, quando o permita,
O que estão vendo em pavoroso ensaio,
Entre horríveis trovões do márcio jogo,
Vomitar chamas, e abrasar com fogo.
(I, 55)

Desde esse dia é fama, que por nome
Do grão-Caramuru foi celebrado
O forte Diogo; e que escutado dome
Este apelido o Bárbaro espantado:
Indicava o Brasil no sobrenome,
Que era um dragão dos mares vomitado:
Nem doutra arte entre nós a antiga idade
Tem Jove, Apolo, e Marte por Deidade.
(I, 56)

Diogo Álvares foi renomeado Caramuru, na língua tupi, com as várias significações que lhe podem ser atribuídas. Segundo o *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*³², Caramuru é do Tupi guarani: cará = o branco; muru = o poder. Peixe teleósteo, ápode, muraenídeo, marinho. Podemos, assim, dizer que essas designações determinam o sentido de Caramuru. Temos uma reescritação por expansão/totalização. Segundo Guimarães (2009), a

[...] reescritação, tanto reescritação por expansão enumerativa quanto enumeração reescrita por totalização. Tal como conceituamos,

32 Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/caramuru/>. Acesso em: 03 out. 2021.

a reescrituração é uma relação simétrica. Assim se a reescreve *b* então *b* reescreve *a*. Desse modo o efeito da expansão enumerativa ou da totalização de uma enumeração aparece como sentidos que se devem ao fato de que na expansão enumerativa a enumeração vem depois e na totalização a enumeração vem antes. Esses sentidos, então, têm a ver com o acontecimento da enunciação e não com uma relação todo/parte estabelecida por antecedência entre os termos que constituem uma enumeração (Guimarães, 2009, p. 67).

Assim, a reescrituração por expansão está totalizando as “designações” atribuídas a Caramuru, mostrando que “cará = o branco; muru = o poder. Peixe teleósteo, ápode, muraenídeo, marinho” dão sentido à condensação Caramuru. Verifica-se que as designações se reescrevem por condensação em Caramuru. Isso mostra que o dicionário e suas definições, por si só, não funcionam como memorável ou como algo que nos apresente os sentidos da palavra.

Convém salientar que Caramuru, no recorte que nos propomos a trabalhar, não significa da mesma forma. Vejamos: logo depois do poema épico de Santa Rita Durão, surgiram outras aparições de Caramuru, uma delas na história de Jaboatão e, mais tarde, na prosa seca e científica do historiador Varnhagen. Temos, ainda, a carnavalização do Caramuru e, em 2008, a inauguração da estátua na praça central de Viana de Castelo em Portugal, uma obra contemporânea.

O nome Caramuru recorta como memoráveis enunciaçãois em uma língua indígena. Observa-se, com isso, que o nome tem sua história de enunciação e significa para



as sociedades lusa e brasileira. Dizemos, desta maneira, que o sentido de uma palavra não é imediato e nem mesmo solidificado como algo que se estabiliza na história, mas vai se constituindo a partir da forma como se relaciona com as outras palavras e com seus falantes; assim, os sentidos do dizer se constituem historicamente. A respeito da palavra, não podemos isolá-la semanticamente; devemos entender qual a forma de seus sentidos e como estes podem, ou não, ser outros. É necessário, de igual maneira, compreender como ela se ressignifica através da forma como se estabelece nas relações enunciativas.

Reza a história que Caramuru deixou descendência, seja das “muitas mulheres” indígenas que lhe atribuem certos cronistas, ou Paraguaçu, filha de um grande guerreiro e chefe tupinambá da Bahia, com quem teve descendência, que casaram e lhe deram netos. Algumas fontes relatam uma viagem de Caramuru e Paraguaçu à França em um pavilhão francês que aportara às costas brasileiras durante o reinado de Henrique II e Catarina de Médicis. Consta que aí, Paraguaçu foi batizada como Catarina, homenageando a rainha dos franceses – para outros, a Catarina de Portugal.

De volta à Bahia, as autoridades civis portuguesas, como o donatário Francisco Pereira Coutinho, o primeiro governador-geral Tomé de Souza e o jesuítá Manuel da Nóbrega, serviram-se de Diogo Álvares para obter informações sobre a terra, as pessoas do lugar, além de serviços ligados à língua: intérprete e mediador, em questões relacionadas aos nativos.



Note-se que Paraguaçu, ao ser renomeada pelo batismo, fez o inverso de Caramuru. Temos uma nativa sul-americana sendo renomeada no continente Europeu. Desse modo, vê-se um recorte do memorável da cultura nativa ameríndia funcionando na cultura europeia. Ao ser renomeada como Catarina Álvares Paraguaçu, temos, uma vez mais, o funcionamento do político – “Catarina Álvares”, nome de origem europeia, e “Paraguaçu”, de origem sul-americana. Assim, os sentidos que permeiam essa placa da estátua se dão na disputa de línguas e falantes em um espaço de enunciação do Português de Portugal. Observamos, a partir do imagético da Caramuru e da Paraguaçu mais o enunciado na placa da estátua que a obra, como um todo, está significando nos acontecimentos da enunciação na relação que se dá entre as línguas no espaço de enunciação, nos quais, segundo Guimarães (2002, p. 16), “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada”. Dizemos, então, que o funcionamento de linguagem se dá no espaço de enunciação e é um acontecimento político.

A título de conclusão da análise da estátua a Caramuru, dizemos que a estátua se compõe pela articulação de dois elementos distintos que significam quando tomados conjuntamente – uma estátua e seus enunciados que dizem sobre ela, ou seja, um imagético e um enunciado que se revela de extrema importância para a produção de sentidos da estátua. Vejamos, no imagético, de maior relevância:



- Dois corpos nus em que, no masculino, se identifica a cruz ao peito e a barba e, no feminino, uma mulher com longos cabelos.

Logo, temos uma estátua que refere dois seres humanos juntos, uma mulher e um homem, no qual a cruz recorta o memorável da igreja e a barba determina a origem de um humano caucasiano acompanhado de uma mulher.

No verbal, de maior relevância, lemos:

- Caramuru [...] naufrágio na Baía [...] tribos índias do nordeste do Brasil [...]. índia Paraguaçu [...] sociedade multirracial que caracteriza a nação brasileira.

Assim, podemos dizer que o imagético funciona, produz sentido, através de uma articulação por dependência que se dá quando o nu, junto com os enunciados Caramuru e Paraguaçu, recorta o memorável por sua consistência de povos nativos não europeus, e os nomes tribos e Brasil fornecem a sustentação de que falamos da América do Sul em época de colonização. Ainda, a cruz e a barba no corpo masculino apresentam a história de colonização contada por Santa Rita Durão. É-nos possível observar o funcionamento do scriptovisual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar os sentidos produzidos pela relação verbal/imagética (não verbal) através das estátuas de D. Pedro IV e D. Pedro I e Caramuru, tendo esta última como foco a disputa entre línguas e falantes. Observamos a constituição desses sentidos e a construção de significados em acontecimentos enunciativos que surgem nos recortes analisados, nos quais também pudemos verificar o memorável inscrito no acontecimento enunciativo de cada espaço de enunciação.

Nos recortes que compuseram o nosso *corpus*, buscamos identificar e compreender a relação entre enunciado e imagético, juntos formam as estátuas componentes da estatuária urbana, não são todas as estátuas – podem não fazer parte desta designação uma estátua decorativa do quintal, de adorno na sala etc. Desvelamos, de igual forma, a estatuária urbana permite recordar eventos e/ou feitos memoráveis constituintes de determinada sociedade.

Compreendemos, ainda são as relações entre o verbal e o imagético (não verbal) que nós, por agora, chamamos de scriptovisual – é o qual permite a produção de sentido pela e através da sua própria historicidade, e é “determinada pelas condições sociais de sua existência” (Guimarães, 1995, p. 66).

No conjunto, o scriptovisual significa nos espaços enunciativos através de uma memória, já as cenas enunciativas são tomadas por um memorável.

Também não podemos deixar de ressaltar os enunciados, aqui significam, estão tomados pelo dizer, já fazem alusão ao já dito sobre eles. Essas relações de sentidos que perpassam os espaços enunciativos, de alguma maneira, já são políticas, tratando, desta forma, de uma característica própria do acontecimento enunciativo.

Concluímos, portanto, as estátuas constituintes da estatária urbana, na sua relação scriptovisual, visam a sustentar uma posição de sentidos no e pelo funcionamento de linguagem com pretensão de difundir feitos ao seu al-sociedade. Desta forma, este trabalho permite-nos concluir que o imagético se dá enquanto possibilidade de dizer sobre componentes artísticos/arquitetônicos se constituem a estatária urbana, e estas possibilidades são um reflexo de sentidos constituintes de determinado sujeito tomado pela língua, só se confirma pelo acontecimento enunciativo (enunciado), criando, assim, uma trama semântica e se articula por incidência entre o acontecimento e o evento, por ora, chamamos de relação scriptovisual – e que talvez (futuramente) possamos chamar de articulação scriptovisual.

As análises dos recortes do nosso *corpus* nos serviram para observar e praticar o funcionamento da argumentatividade como parte da sistematicidade da língua. Os sentidos da

argumentação constituintes do funcionamento da linguagem deste texto, bem como das obras que compõem o nosso *corpus*, não foram de persuasão, mas sim de sustentação da nossa proposta: as relações/articulações scriptovisuais.

As relações/articulações scriptovisuais que integram cada elemento da estatuária urbana nos valeram para mostrar que esses conjuntos artístico/arquitetônicos não são simplesmente obras de arte assentadas em determinado lugar físico; eles argumentam em favor da sociedade em que estão inseridos, preservando, apresentando e possibilitando outras enunciações.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas: Pontes, 2018.

DURÃO, Frei José de Santa Rita (1781). **Caramuru**: poema épico do descobrimento da Bahia. 13. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1845.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. **RUA**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 19-31, 2003. DOI: 10.20396/rua.v9i1.8640746. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640746>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 113-146.

GUIMARÃES, Eduardo. **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Um contra argumento delocutivo: “Fala sério!”. **Línguas & Letras**, v. 9, n. 16, p. 85-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5935/rl&l.v9i16.1709>. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1709>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009. DOI: 10.20396/cel.v51i1.8637219. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história**: o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.876565>. Acesso em: 05 ago. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história:** ensaio de poética do saber. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SOARES, Ana Paula Gil. **A estatuária e a escultura figurativa urbana:** conceptualização de estatuária no espaço urbano. 2012. 59 f. Relatório (Pós-Doutoramento em Estudos Artísticos e Estudos de Cultura) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/7403/1/ulfl127437.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

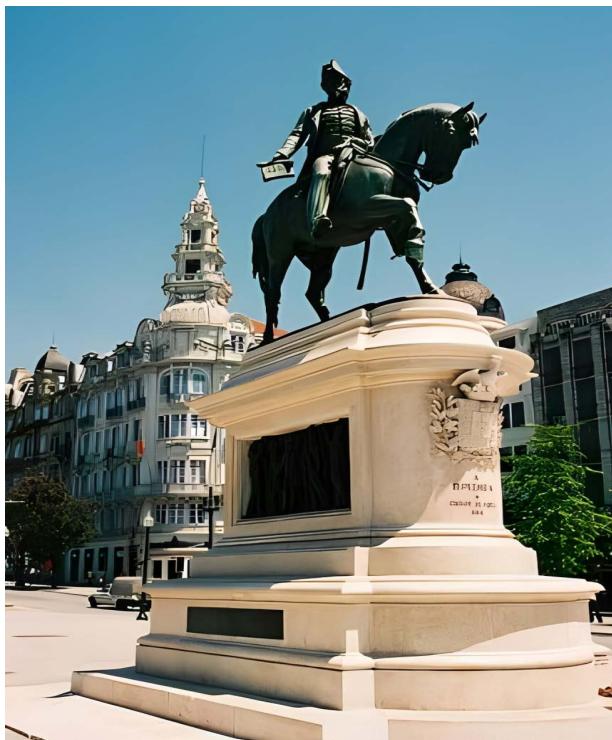
SOARES, Ana Paula Gil. **Património imaterial e estatuária urbana.** 2013. 43 f. Relatório (Pós-Doutoramento em Estudos Artísticos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/8726/1/PATRIMON.PDF>. Acesso em: 05 ago. 2025.

TODOROV, Tzvetan. **Introduction à la littérature fantastique.** Paris: Éditions du Seuil, 1970.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramuru perante a História. **Revista Trimestral de História e Geographia**, Rio de Janeiro, t. 10, 2º trimestre, p. 129-152, 1848.

ANEXOS

ANEXO A – DOM PEDRO IV



Fonte: Brito e Cunha³³.

33 Disponível em: <http://www.britoecunha.com/estaaicutetua-d-pedro-iv.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ANEXO B – DOM PEDRO I



Fonte: Diário do Rio³⁴.

ANEXO C – CARAMURU



Fonte: Steemit³⁵.

-
- 34 Disponível em: <https://diariodorio.com/histria-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>. Acesso em: 03 fev. 2023.
 - 35 Disponível em: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru>. Acesso em: 03 fev. 2023.

SOBRE O AUTOR

José Gabriel Martins Pereira

É doutorando em Linguística pela Unemat, onde também concluiu a graduação em Letras - Português e Inglês. Sua pesquisa atual, orientada pela professora Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e Taisir M. Karim, investiga as relações scripto-visuais na estatuária urbana. Atua como professor substituto de inglês no curso de Letras/Inglês da Unemat, Câmpus de Cáceres. Possui experiência profissional em diferentes áreas, incluindo gestão e ensino. Participa ativamente de projetos de pesquisa e extensão na Unemat, coordenando iniciativas como cursos de idiomas (inglês, francês e espanhol). Além disso, participou da organização do V Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e do VI SETEDI. Seu trabalho acadêmico e de extensão se alinha à linguística na linha de Processos de Estudos da Significação, com foco na Semântica da Enunciação. Tem experiência internacional e conhecimento em francês, inglês e espanhol.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2279-3908>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0145784469650687>

E-mail: gabriel.pereira@unemat.br



Este trabalho pretende identificar os sentidos de três obras de arte constituintes da estatuária urbana do espaço de enunciação da língua portuguesa de Portugal e do Brasil. Tomamos como *corpus* duas obras (considerando o imagético e os enunciados) edificadas em Portugal, nas cidades do Porto e Viana do Castelo, e uma edificada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, e na posição de semanticistas, buscamos compreender a linguagem como uma relação de sentidos, que incluem a materialidade da língua, da história e do sujeito que enuncia. Para esta pesquisa, filiamo-nos à égide da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018), a qual nos diz que a análise do sentido da linguagem deve se localizar na observação da enunciação, no acontecimento do dizer. Consideramos, ainda, relevante para este texto os trabalhos teórico-metodológicos desenvolvidos por Dias (2018) e Karim (2012).

